

**020ª Reunião Conjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos celebrados pela SMED a partir de 2021 e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades na aquisição de materiais didáticos pela SMED**

**Pauta:** Oitiva do Sr. Mário Jaime Gomes de Lima, ex-Secretário Adjunto Municipal de Educação.

 **PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** (10h10min) Bom dia. Convido o Ver. Mauro Pinheiro, relator da CPI, o Ver. Márcio Bins Ely e a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel para que façam parte da Mesa. Solicito ao relator que proceda à chamada.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Bom dia, Sr. Presidente Ver. Idenir Cecchim, e demais vereadores.

Procedo à chamada: Ver. Idenir Cecchim, Presidente. (Pausa.) Presente; Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Presente; Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Presente; Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Presente; Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.) Presente; Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth. (Pausa.) Presente; Ver. Giovanni Culau e Coletivo. (Pausa.); Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. (Pausa.); Ver. Mauro Pinheiro. Presente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Ainda não presente. CPI presidida pelo Ver. Cecchim com nove presenças. Há quórum.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A relação da CPI presidida pela Mari, por favor, para fazer a chamada.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel. (Pausa.) Presente; Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.) Presente; Ver. Mauro Pinheiro. Presente; Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira. (Pausa.) Presente; Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Presente; Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.) Presente; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente; Ver. Jonas Reis. (Pausa.); Ver. José Freitas. (Pausa.) Presente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.<sup>a</sup> Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente. Com a presença de onze vereadores, também há quórum. Temos quórum nas duas CPIs.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Convido a nossa testemunha de hoje, Dr. Mário, ex-secretário, para que... (Pausa.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Agora, deu. Bom dia, Presidente Idenir Cecchim da CPI nº 1, Presidente Mari da CPI nº 2, colegas vereadores, vereadoras que aqui estão. Presidente, eu gostaria que o... Eu já fiz um requerimento há duas sessões atrás que não foi votado e eu acho que é de interesse de todos aqui que a gente possa ter maior transparência nesta CPI, que nós possamos entender todas as compras. E o requerimento diz respeito que seja aditado ao objeto da CPI, para incluir o contrato, objeto desse requerimento, considerando que a continência entre o fato ocorrido e o âmbito da investigação da comissão na questão que se diz sobre a Ver.<sup>a</sup> Mari, que conduziu a uma reunião junto com a então secretária Sônia, o empresário Maurício Rech, para a compra de livros, Maurício e os Imaginários e também de uma peça teatral, sendo que eu faço o pedido para que seja aditada à CPI, já que a CPI é desde 2021, a questão, ainda que seja oficiada a Prefeitura para acostar aos autos toda a documentação referente a esse caso, e que seja intimado então, para prestar também depoimento nesta CPI, o empresário Maurício Rech, que aparece ao lado então da ex-secretária Sônia e da Ver.<sup>a</sup> Mari

Pimentel. Gostaria que fosse votado porque já passaram duas sessões e até agora nada aconteceu. Obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vamos aproveitar votar este requerimento e mais alguns. O Sr. Relator já tem alguns nomes?

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Cecchim, só uma consulta, não sei se a Diretoria Legislativa, mas pelo que eu saiba, primeiro eu acho que é improcedente o conteúdo da proposta da Ver.<sup>a</sup> Nádia, acho que não tem absolutamente nada a ver com o que nós estamos investigando e eu considero quase que uma forma de confundir a opinião pública, mas eu não vou entrar agora no mérito. Mas o que eu quero consultar é que, pelo que eu sei, não há adição de assuntos numa Comissão Parlamentar de Inquérito. O Regimento não prevê isso. Então se a vereadora quer fazer uma CPI para investigar essa questão, porque é algo que está deixando-a muito preocupada, ela que faça a CPI e ela ocupe o tempo dela como ela quiser, mas os vereadores que querem investigar as irregularidades na Secretaria querem trabalhar nessa CPI tal como ela foi constituída e tal como ela foi aprovada. Muito obrigado.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A senhora tem dois minutos para explicar para ele, merece o respeito.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Vereador Robaina, a presente CPI que eu muito prezo tem por objeto este objeto: investigar compras e contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, a partir de 2021. Ou seja, todos os contratos, todas as compras que aconteceram desde 2021 são investigadas nessas duas CPIs para que a gente possa efetivamente entender se houve alguma ilicitude pelos atos tanto das ex-secretárias quanto do prefeito e das pessoas que ali estavam. Eu apresentei, nas duas últimas

sessões, imagens que constam da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel... Vereadora Fernanda, a senhora poderia me fazer o favor de me trazer o livro ali? Esqueci, desculpa. Aproveitando... Esse! De que a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel teria conduzido seu amigo, o empresário Maurício Rech para apresentar este livro aqui, Ver. Robaina, este livro aqui para ser adquirido, fazer uma compra. E olha que importante isso - por inexigibilidade -, que entendo sim que é um tipo de licitação, a INEX. No entanto, uma das pautas desta CPI é exatamente isso. O empresário que foi conduzido à frente da ex-secretária e que apresentou o seu material, e, por INEX, foi feita a compra. Se o senhor não entende que isso aqui também é algo que nos interessa nesta CPI, eu tenho a dizer para o senhor que o senhor está sendo seletivo. A mim interessa, Presidente, que todas as compras de contratos, principalmente aqueles em que empresários conversam diretamente com a ex-secretária, seja resolvido e seja transparente e que a gente possa entender o que é que aconteceu em todas essas compras em que empresários vão lá, apresentam o seu material e, por INEX, são comprados imediatamente. Isso aqui eu quero entender: a SMED adquiriu a produção teatral e esses livros apresentados naquela reunião pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel e seu amigo empresário na modalidade de INEX, de licitação, e eu quero saber. É o escopo, é um escopo desta CPI. Se o senhor não entende que é escopo desta CPI saber desde o nascedouro, como aconteceu essa compra, até o final, o senhor me desculpe, então o senhor está querendo ser seletivo. Por isso, Presidente, eu reitero o pedido de que também essa compra que está dentro do processo de 2021 também seja analisada e que eu tenho certeza que, por INEX, é um tipo de licitação, que provavelmente não vai ter nada assim como as outras compras. mas gostaria que os colegas vereadores que realmente querem entender tudo que aconteceu nas compras de 2021 para cá possam também, de certa forma, entender que isso é um problema. Muito obrigada e espero que eu tenha explicado ao Ver. Robaina do PSOL.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vereadora, tem uma sugestão aqui para que se faça a votação dos requerimentos depois da oitiva.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Presidente, eu gostaria de reforçar esse encaminhamento. Nós, no início da abertura da CPI, aprovamos um rito de trabalho: as oitivas e depois os requerimentos, após a oitiva. Já aconteceu em várias reuniões nesse sentido, nesse formato; portanto o requerimento dela neste momento é tempestivo. Depois, todos vereadores podem fazer algum encaminhamento e podemos debate-los. Obrigado.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vamos pegar um pequeno compromisso dos vereadores para que fiquem depois da oitiva. Eu acho que todo mundo... Registro a presença do Ver. Jonas Reis.

Secretário Mário, bom dia. Muito obrigado por estar aqui voluntariamente, foi convidado para estar aqui. Passo a palavra ao relator para que faça o pedido de juramento, e só apenas a identificação.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Sr. Mário, só para lembrar que o senhor está aqui como testemunha. Então, o senhor foi convidado como testemunha e está presente. O senhor vai falar em juramento aqui, então, peço ao senhor que jure falar a verdade, somente a verdade durante esta CPI. Como o senhor está como testemunha, o senhor tem que falar a verdade aqui, se não o fizer, corre o risco de cometer um crime por não falar a verdade. Então, o senhor jura falar somente a verdade?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu juro.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** O senhor é servidor público de carreira ou era cargo de confiança?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu exerci o cargo de secretário adjunto, na pasta da Secretaria de Educação, na condição de cargo em comissão.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Cargo em comissão. Como o senhor chegou na Secretaria de Educação? O senhor foi convidado, ou foi uma indicação política, ou foi relacionada à sua profissão de economista? Como o senhor chegou até a Secretaria de Educação?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom, eu estou na Prefeitura de Porto Alegre desde 2017. Eu estava na Secretaria da Fazenda ainda no governo Nelson Marchezan; após a saída do prefeito Nelson Marchezan, dou continuidade ao trabalho na secretaria, junto com o secretário Rodrigo Fantinel. Então, durante o governo Marchezan, eu trabalhei com o secretário Leonardo Busatto, a convite dele, em 2017. E, então, em 2021, eu dou continuidade ao trabalho na Secretaria da Fazenda. E em setembro de 2021, após algumas dificuldades que a Secretaria enfrentou, vocês podem ter observado em algumas notícias que ocorreram na semana passada, eu fui indicado pelo secretário Fantinel para assumir a pasta, especialmente no que diz respeito aos ajustes necessários que a Secretaria precisava no campo dos aspectos orçamentários, especialmente no que diz respeito às verbas extras do Município, que não tinham regramento. E lá, com base na orientação da Controladoria-Geral do Município, nós implementamos diversas ações e seguimos as orientações e encaminhamentos que a Controladoria-Geral do Município deu à época, dentre elas, especialmente a implementação da Instrução Normativa nº 003, de 2021, que trazia regramento para as verbas extras. Da mesma forma, ao observar esses regramentos, nós identificamos que existia um padrão de dispêndio de

pág. 6

recursos via verbas extras para determinadas empresas, dentro de um vício, com base em diversos tipos de gastos relacionados à manutenção. E aí então, isso foi encaminhado e acabou dando um desdobramento. Claro, que, naquele momento, nós não podíamos verificar se existia ou não algum tipo de má-fé, mas sim, um vício, que poderia ser dado ou pela má-fé, ou um vício administrativo de processo histórico, que nós chamamos em economia de dependência de trajetória, e isso foi encaminhado para auditoria. E aí a auditoria fez as verificações, e acredito que estão analisando isso com base no que foi construído, que foi avaliado, bem como, desenvolvido com os órgãos de controle.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** O senhor, hoje, exerce algum cargo de confiança da Prefeitura de Porto Alegre? Qual a sua relação hoje com a Prefeitura?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, hoje eu não tenho nenhuma relação com a Prefeitura de Porto Alegre. A minha formação é em economia, sou mestre e doutor em economia; e atuo como professor universitário e também nas atividades de consultoria.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** O senhor tem algum grau de parentesco com agente político de Porto Alegre? E o senhor tem alguma filiação partidária?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, não tenho nenhum parentesco com nenhum agente público de Porto Alegre e atualmente não estou filiado a nenhum partido político.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Em alguns momentos aqui, foi falado que algumas pessoas poderiam ter tomado decisões individuais na

---

escolha das compras do material de educação que a CPI está investigando. O senhor, como secretário adjunto, como eram feitas as escolhas das empresas? Existia alguma pressão de alguém do governo? Ou a decisão de... Como funcionava a escolha das empresas que foram contratadas?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom, no que diz respeito à aquisição de materiais, o setor administrativo, em especial o setor financeiro, que era a parte que eu cuidava mais diretamente, não teve atuação direta em relação às aquisições desses materiais. Em 22 de abril de 2022, numa reunião realizada no auditório, na qual eu não me fiz presente nessa reunião, não estava, não tinha sido convocado para essa reunião, foi estabelecido um novo fluxo dentro da Secretaria em que – posso ler aqui para os senhores – foi repassado ao grupo de WhatsApp Gerentes de Projetos, que dizia o seguinte, fala das determinações tiradas naquela reunião, e aí o ponto dois é sobre o novo fluxo. O novo fluxo diz o seguinte (Lê.): “Novo fluxo interno para adesão de atas de registros de preços. O setor demandante [no caso o setor pedagógico] fará toda a instrução do processo conforme o *checklist* da DLC. Após, o setor demandante, envia o processo para o GS/SMED, que, após homologar, envia para a ASSETEC/SMED, [que seria a assessoria jurídica] e ECO/SMED, [que seria a equipe de compras da SMED]. Por fim, o processo é enviado para a DLC-SMAP.” Esse envio para a equipe de compras nada mais era do que a inserção de informações dos códigos, informações do que seria comprado para a geração do GMAT. Então, todo o processo de compra, no que diz respeito a materiais, ele passava do setor demandante, do setor demandante, ele ia para o gabinete da secretária, nos seus aspectos pedagógicos, as autoridades pedagógicas e sua equipe técnica. A partir dali, então, essa documentação, conforme instruído aqui, ia para o ECO/SMED para colocar essas informações dentro do GMAT, que é o Gestão de Materiais, e aí, então, somente iria para o setor financeiro, para a direção financeira verificar a disponibilidade financeira. Caso a Secretaria,

o setor financeiro, tivesse alguma dificuldade no que diz respeito à dotação orçamentária, eu era consultado, mas o setor financeiro foi muito bem organizado, diferentemente de outras áreas da Secretaria, por uma série de motivos. Nós solicitamos pessoal durante muito tempo, materializamos isso diversas vezes, para melhorar os trâmites administrativos da Secretaria, porém isso não foi possível. Mas, no setor financeiro, nós trouxemos um economista, que era auxiliar administrativo numa escola e, ao mesmo tempo, também, nós trouxemos, solicitamos dois economistas, por meio de um concurso que ainda estava aberto na Secretaria. Veio apenas um, por conta do atrativo salarial, e lá nós conseguimos fazer uma organização e um planejamento estratégico de forma que o setor financeiro funcionasse de uma forma, digamos assim, mais independente. Então, quando houvesse algum problema, no que diz respeito à dotação orçamentária, então eu era consultado. Mas, do contrário, o processo caminha por si só. Ao mesmo tempo, ainda que eu cuidasse da parte orçamentária, nós temos alguns documentos que me impediriam de vetar ou até mesmo de intervir em determinadas compras no que diz respeito a valores acima de R\$ 50 mil. Nós tínhamos a Ordem de Serviço nº 02/2022 que impedia o secretário, não só o secretário adjunto da SMED, mas todos os secretários adjuntos do Município de realizarem liberação orçamentária acima de R\$ 50 mil. E ao mesmo tempo, nós tínhamos a Instrução Normativa nº 01/2016 e as suas decorrentes, outras instruções normativas que vinham para melhorá-la, encerrando agora na nº 02/2023, que exigia que, desse trâmite, os empenhos de materiais não corresse dentro da Secretaria, mas sim, dentro da Diretoria de Licitações e Contratos. Então, no que diz respeito à aquisição de materiais, pouco o setor administrativo da Secretaria e o setor financeiro participaram nas discussões e na construção dessas compras.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Sr. Mário Lima, em algum momento, algum agente político lhe pediu que comprasse algum equipamento, algum material de uma determinada empresa, lhe orientaram nesse sentido?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, em nenhum momento.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Ver.<sup>a</sup> Mari.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada, Presidente. Obrigada, colegas vereadores. Vou fazer a minha primeira pergunta ao secretário Mário, reforçando também, se o senhor teve conhecimento de alguma aquisição que precisaria ser efetuada de forma a atender a uma ordem de compra de algum fornecedor específico?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, não tive nenhuma ordem ou informação.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Secretário Mário, em uma conversa com a ex-servidora do gabinete da secretária sobre o processo da compra dos brinquedos da empresa Edulab, na data do dia 29 de novembro de 2022, ela afirmou para o senhor: “Essas compras têm que sair esse ano, pois é dos caras.” Quem são os caras?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Olha, vereadora, eu desconheço essa ordem, essa conversa dessa servidora. A senhora, como Presidente da Comissão de Orçamento, sabe que toda compra que nós fazemos no segundo semestre de um ano, ela deve ser realizada ou por meio da disponibilidade orçamentária que aquele orçamento possui, ou também se existe um planejamento vinculado ao outro ano. Mas eu não vou lembrar disso.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Secretário Mário, nós estamos projetando a conversa no WhatsApp, e eu gostaria de lhe entregar em mãos...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Vereadora Comandante Nádia, eu entendo.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Nós estamos anexando...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Só um pouquinho, Ver.<sup>a</sup> Mari, vamos fazer as coisas...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Presidente, eu fico bem preocupada, assim, e vou dizer bem sinceramente aqui, de coração aberto, Mari, eu fiz muitos inquéritos na minha vida, muitos inquéritos, e sei como funciona inquérito, e eu vou lhe dizer que a senhora está colocando, trazendo provas – o que a senhora acha que são provas – sem cuidar a Lei Geral de Proteção de Dados. A senhora está incorrendo em algo muito sério, isso é ilícito.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Presidente, eu vou falar com o senhor, eu só estou dando um conselho para a Ver.<sup>a</sup> Mari, mas ela faz o que

quiser. Isso não são provas lícitas. Qualquer prova deve ser apensada dentro do documento, a comissão deve ter conhecimento anterior...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Vereadora Comandante Nádia...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Porque, daqui a pouco, eu também quero fazer alguma pergunta.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Você está...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Tem um advogado aqui que pode falar. Eu acho que nós estamos incorrendo em ilicitude. Eu não vou incorrer na questão de LGPD, que é uma coisa muito séria. Isso me parece que é um WhatsApp pessoal. Se não tiver mandado de busca, de apreensão do documento, ele não pode ser usado. Então nós temos que cuidar, porque o Ministério Público, eu acho, deveria também entrar nesta comissão. Obrigada.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Vereadora, eu tenho certeza que essa investigação... Eu reforço que a CPI é um órgão de investigação e de inquérito, não é uma audiência pública, e a senhora está defendendo ilegalidades...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** É complicado, porque já mostram as auditorias da Prefeitura que ocorreram erros do início ao final dos processos. Já mostra a auditoria da Prefeitura que é possível que tenhamos danos ao erário do Município de Porto Alegre, e nós temos aqui uma testemunha que pode trazer

informações sobre quem são os caras e nós não temos acesso a essa informação.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vereadora Mari, eu, respeitosamente, fiquei ouvindo a senhora, que não seria o caso, quando eu estou presidindo, eu sou apenas mais um membro da CPI, o tempo, tudo é igual, então, as respostas no microfone também, mas, em respeito à senhora, eu permiti que falasse. Eu pergunto à Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia: isso que nós vimos aí é constrangimento à testemunha?

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu acho que isso é muito grave.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Então tem outras denúncias, aqui no meu telefone também, que eu recebi no fim de semana...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Secretário, essa mensagem... O senhor tem ciência desse WhatsApp?

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** São duas coisas: primeiro, eu não lembro disso aqui; segundo, eu não sei em que contexto está isso aqui; terceiro, eu não lembro de ter essa conversa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, eu não sei, acho que não.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu gostaria que o secretário Mário tivesse dois minutos para ver o WhatsApp dele e achar a conversa com a servidora Mabel, no dia 29/11...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não, não... Ver.<sup>a</sup> Mari, eu vou ter que ser indelicado com a senhora...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Mas ele pode ver.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A senhora não está presidindo a sessão, eu vou ser indelicado com a senhora.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** É a minha pergunta.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Então, quando for o seu tempo, a senhora pergunta. Quem está comandando aqui...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Mas eu estou perguntando. Eu sugeri... Eu fiz uma pergunta, se ele sabe quem são os caras.

**SR. ADRIANO FARIAS PUERARI (Advogado):** Vereadora, com todo respeito, nós até pedimos acesso à íntegra da CPI para que a gente possa esclarecer com a maior amplitude possível sobre tudo que for perguntado. Esse documento sequer consta nos autos, ele é trazido agora de forma...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** O secretário é testemunha, ele está diante de um processo de investigação e ele tem uma prova no WhatsApp dele, que é de acesso já à CPI, fornecido por outra servidora, no qual ele mostra conhecimento de que uma compra foi feita para “os caras”...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A senhora não está julgando aqui, Ver.<sup>a</sup> Mari, a senhora quer dar uma de julgadora. Eu vou ser obrigado a cortar o seu microfone. A senhora faça perguntas, ouça as respostas e não faça juízo de valor. A senhora está dando a sentença.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu fiz a pergunta: quem são “os caras”?

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, o que me deixa inquieto... Eu estou aqui com o meu WhatsApp, estou conversando com a médica, eu tenho uma consulta agora... Como pode... Aqui diz assim: suas conversas são protegidas, criptografadas. Como pode a doutora pegar e trazer aqui: olha, o Ver. Janta está indo para o médico, está doente. Não existe isso, a senhora me

desculpe, dona Mari. Quem lhe entregou isso aí? Ali aparece o nome do Mário Lima. Foi o Mário que lhe passou o celular dele?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Esse WhatsApp já está de posse, há um mês, do Ministério Público, ele foi fornecido pela servidora...

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Ministério Público? Mas por que não ficou na nossa posse? Por que a senhora não apresentou para nós isso?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Ele já está anexado...

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Não, eu quero entender uma coisa. Eu só quero entender uma coisa...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não estou prevaricando, eu estou apresentando.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Dá licença? Eu quero falar aqui como alguém que tem essa experiência, porque eu tive alguns processos judiciais. Então, tiveram que quebrar o sigilo judicial do meu celular e nada encontraram, tanto que eu fui absolvido. Nada encontraram. Quebraram o sigilo do meu celular e das pessoas que diziam que eu podia ter alguma conversa. Eu quero entender

como esse documento chegou aqui na CPI e não está em posse... Eu sou membro da CPI, da sua CPI.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Sim, está sendo anexado.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** E não está em posse nossa, para sabermos, para nós também, quem quebrou essa quebra de sigilo, como chegou até a senhora e não chegou a nós, só isso que eu quero saber.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Isso é questão de ética, comissão de ética, comissão de ética!

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Isso é prevaricação.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Cecchim; com todo o respeito, Presidente. O senhor é Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito; eu fico preocupado porque nós combinamos que nós faríamos oitivas em conjunto.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Estamos fazendo.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Mas as oitivas em conjunto pressupõem, desde o início foi o nosso acordo, que a CPI não teria um único Presidente.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Por isso que é intercalado, uma sessão um; outra sessão, outro.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Não, a condução... Nós acertamos, obviamente as pessoas não podem falar o tempo inteiro juntas, mas há uma copresidência; então, quando o senhor interrompe... A Ver.<sup>a</sup> Mari, além de ser Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, ela estava no tempo dela, fazendo as suas perguntas; aliás, ainda está no tempo dela, porque ela foi interrompida por uma questão de ordem que não deveria ter sido dada antes do término da fala da Ver.<sup>a</sup> Mari...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Ela não estava fazendo pergunta, ela estava fazendo juízo.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Aí é o seu juízo...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Aí é diferente, aí é o juízo das pessoas inteligentes, as pessoas que querem ser inteligentes ou não.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Cecchim, cada vereador é responsável pelo que fala e pelo que faz. Se o senhor julga ou se a Comandante Nádia julga que é ilícito ter uma cópia de uma conversa de WhatsApp que não foi o Espírito Santo que entregou para a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vereador, deve ser ilícito porque ela diz que entregou para o Ministério Público, ela já fez o juízo de valor.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Ela não tem nenhum problema...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Ela disse que é ilícito.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Ela deveria entregar, ela não pode receber um documento que ela considera que é um indício grave...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Tem que entregar na CPI.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Não, ela todo o direito...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Ela é Presidente da CPI. Aqui é um Parlamento.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Aliás, o dever, e fez muito bem de entregar no Ministério Público, porque nós necessitamos do auxílio da Polícia Civil, do Ministério Público, porque a suspeita que tem nessa Comissão Parlamentar de Inquérito...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Então, o senhor quer dizer que essa comissão não funciona.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** É que teve corrupção na Secretaria de Educação, e é isso que nós estamos tentando investigar, apesar da obstrução sistemática do governo, Ver. Cecchim; o senhor, como Presidente, tem que entender que a Mari Pimentel também preside a Comissão Parlamentar de Inquérito, e o Mário Lima tem todo de direito de não responder, de dizer que não conhece.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Foi o que eu disse aqui, vereador, não se faça de surdo, eu falei isso aqui.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Ele tem o direito de falar o que ele quiser, mas a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel não pode ser desrespeitada, não pode ser interrompida, como eu também não posso, se estou com a palavra. O senhor tem que presidir, não apenas defendendo os interesses do governo, presidindo a Comissão Parlamentar de Inquérito, cumprindo as regras dessa comissão e, nas regras dessa comissão não está previsto interromper uma vereadora. Muito obrigado.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Está bem, já passou o seu tempo. Aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e o senhor não vai desmoralizar a comissão querendo levar para a polícia e para o Ministério Público. Aí, não precisaria ter a comissão. É isso que o senhor quer?

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PREWIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Parece que sim. Parece que sim. Quando o senhor perde no juízo, perde, o senhor quer trazer para cá. Então, o senhor se atenha...

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** É a minha vez, Presidente?

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Nós não temos problema com o Ministério Público nem com a polícia.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Presidente, uma questão de ordem?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu não ia falar, vereadora. Por favor. Eu não ia falar nada. Estão guardadas aqui denúncias contra a Ver.<sup>a</sup> Mari sobre ela ter coagido duas testemunhas, antes de elas estarem aqui. Estão aqui guardadas. São denúncias fundamentadas, provadas, que eu acho que agora, sim, nós vamos ter que levar adiante, por meio de Comissão de Ética, criminalmente; acho que é muito grave isso que nós estamos assistindo aqui: a Presidente de uma comissão coagindo testemunhas, querendo combinar perguntas.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Presidente, eu acho que o senhor deve trazer tudo que o senhor tem à tona, mas eu gostaria de deixar muito claro que a gente precisa respeitar a licitude. É a segunda tentativa de colocar para dentro da CPI algo que nós não sabemos como foi colhido, algo que parece, para mim, completamente ilegal. Hackearam o telefone do Mário? Foi parar nas mãos da Presidente e ela entregou, um mês atrás, para o MP? Então, está prevaricando?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O que ela está fazendo aqui? Prevaricação!

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Eu gostaria que fosse anulada qualquer tentativa de colocar essa, como foi de tentar colocarem o tal áudio na última reunião. São nulas como provas, porque foram colhidas de forma ilegal. Muito obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** É uma tentativa de combinar perguntas. Isso está provado. Provado! Eu estava guardando isso. Eu estava guardando – faz uma semana que eu tenho isso – para ver se as coisas andavam

legalmente, mas, pelo que eu vejo, se acumularam. Repetiu ameaça ou coação a testemunhas. Então, acho que isso é grave e nós temos que tomar uma providência. Primeiro, acho que nós temos que solicitar o telefone da Ver.<sup>a</sup> Mari, já que ela está usando o telefone para coagir testemunhas. Acho que tem que requisitar o telefone, não importa se ela entregou para a polícia. Nós não somos obrigados a acreditar, porque ela mentiu para nós aqui. Mentiu. E mentira é grave.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Presidente, em que que eu menti?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Omitiu as coisas que a senhora levou ao Ministério Público.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não omiti.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A senhora levou antes de trazer para comissão.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não omiti.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Acho que nós temos que tomar uma posição muito séria.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Nada foi omitido, tanto que as informações estão aqui para o público...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Primeiro, acho que nós temos que votar a suspeição da Presidente. Não tem mais condições de presidir.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Ah, me parece que, diante de uma denúncia escandalosa, onde o governo...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Escandalosa é o que a senhora fez aqui.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Me parece que a narrativa que tínhamos de erro de logística, e que as professoras e diretoras eram esquerdistas caiu por terra na sexta-feira, em que mostra que os processos começavam errados, terminavam errados. Esse processo que o servidor Mário de Lima não quer responder, foi dado entrada, o Edulab, como sendo recebido pela secretária municipal de educação. Ela recebeu pessoalmente os materiais no dia 30 de dezembro, no último dia do ano, de Porto Alegre? Seria a secretária responsável por comprar e por receber, ela, sua chefe de gabinete e sua secretária-adjunta? Isso é lícito? Isso é lícito, diante de um WhatsApp em que já se combinou que era dos caras? O que me parece é uma tentativa de cercear o ato de investigação desta CPI, a qual eu estou presidindo, por ter, sim, daqui a pouco, a coragem de trazer para o público...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Isso não é coragem. Isso é demagogia.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** É coragem...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não confunda.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** ...porque a gente sabe que nós temos aqui muitas influências em jogo. E o que eu quero saber, secretário Mário, é essa pergunta...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Mas eu não terminei. Eu tenho questão de ordem ainda.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** O senhor sabia se existia algum envolvimento de algum fornecedor, e quem são os caras nessa aquisição da Edulab, em que a própria secretária é quem acusa o recebimento, no dia 30 de dezembro, no último dia do ano, e em que a própria auditoria da Prefeitura já aponta que materiais eram dados como recebidos e, na prática, não haviam sido recebidos?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não eram entregues. Não era “recebidos”.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Presidente, eu acho que essa pergunta da Ver.<sup>a</sup> Mari está prejudicada. Uma ilegalidade, como ela disse, houve ilegalidade na Secretaria da Educação, eu também quero saber, e que os culpados sejam punidos. Mas a ilegalidade que a senhora fala na Secretaria da Educação não justifica uma outra ilegalidade aqui dentro desta CPI. A senhora está prevaricando, e vou ler para a senhora. A senhora gosta tanto de saber do Código Penal. Prevaricar consiste em retardar, consiste em deixar de praticar, ou praticar, indevidamente, ato de ofício. É do seu ofício aqui, como Presidente da CPI nº 2, trazer as provas para que a comissão... A senhora não é detentora da comissão, a senhora não pode trabalhar com autoritarismo, muito menos com ilegalidade, a comissão deve ter presentes todas as provas. Essa é uma prova que não está apensada à CPI, não tem uma ata notarial, eu não sei se ela é verdadeira ou não. A senhora não jogue com as palavras. Presidente, a Ver.<sup>a</sup> Mari está jogando de que nós não queremos a transparência desta CPI. A

vereadora entregou provas. O Ministério Público está muito bem, o Ministério Público é nosso parceiro, Polícia Civil também.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** É teu parceiro, vereadora?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Parceiro da sociedade.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** É teu parceiro?

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Sim, da justiça, da justiça, da justiça...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu gostaria que a senhora olhasse para a câmara mostrasse a tua vontade para todos os servidores da Brigada, fazendo esse papelão que está fazendo ao obstruir uma investigação...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** A senhora aprendeu bem com a esquerda...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu tenho certeza e gostaria que olhasse para a câmara e mostrasse...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Olha eu não estou ofendendo a sua origem...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E olha se a farda ainda lhe serve, e se a justiça ainda lhe serve ao estar fazendo esse papelão neste momento aqui.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Olha, Ver.<sup>a</sup> Mari, a senhora aprendeu bem com a esquerda – com o PSOL, com o PT e com o PCdoB – a atacar a origem das pessoas. E vou lhe dizer, o Ministério Público é um parceiro do sistema da justiça, tem feito belíssimos trabalhos, assim como a Polícia Civil, mas isso não está em pauta. O meu o trabalho, se a senhora quiser discutir depois a farda que eu envergo, com muito orgulho, aliás, não a encontrei na lata do lixo, estou aqui nessa Câmara não é para fazer brincadeira, como a senhora está fazendo, uma moleca que está, neste momento, querendo fazer umas provas que não existem nesse contexto.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não fui eu que defendi o empresário Jailson, que é investigado da Polícia Federal...

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** A senhora, que tem dinheiro para ir para Paris, para a Disney no momento em que a cidade está alagada, se a senhora quer falar sobre outras coisas que não a CPI, vamos falar, vereadora...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Olha para a câmera e lembra que você defendeu o empresário Jailson, que não paga nem a pensão dos filhos, e lembra que isso está envolvido na tua farda.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Presidente, Cecchim, me preocupa muito, eu normalmente não me manifesto, faço perguntas, mas não sou de me manifestar, mas me preocupa muito, Ver.<sup>a</sup> Mari, quando a senhora traz pela segunda vez uma prova que não está nos autos da CPI, que é pessoal, pelo que eu entendi, de um WhatsApp pessoal, que ele nem tem conhecimento. Então, assim, a senhora fala nos artigos, e a gente tem que falar no art. 343, quando fala em “dar vantagens à testemunha para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade”. Isso me preocupa muito, Ver.<sup>a</sup> Mari, a senhora pode responder, e a

---

senhora, na outra CPI, falou muito do art. 342, se eu fosse a senhora eu pensava muito bem antes de trazer esse tipo de informação, sem trazer antes para a CPI, para que a gente possa fazer essa avaliação, se “sim” ou se “não” colocar, porque isso é uma coisa pessoal.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Nós vamos ter, então, uma inquirição de documentos e provas?

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Nós não podemos colocar de forma irresponsável, dentro de uma CPI...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não é irresponsável, irresponsável é nós contratarmos alguém como sendo “dos caras”, isso é irresponsável.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Se alguém entrasse no meu WhatsApp para colocar uma prova sem a minha autorização, ou sem autorização judicial, essa pessoa, com certeza, pagaria por isso.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não estou... Essa prova é legal e ela foi enviada pela servidora que conversa com o secretário.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas está inscrito.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Presidente, eu queria só pedir que o pessoal pudesse manter a calma para a gente poder ouvir o Sr. Mário, porque nós todos temos várias perguntas para fazer. Eu entendo que há um nervosismo por parte de alguns vereadores, porque, inclusive, sindicâncias vão ser abertas. O prefeito determinou sindicâncias, e eu queria que a gente pudesse continuar com o trabalho, com as perguntas. A pessoa que está aqui pode responder, se quiser,

pág. 27

ou não, enfim, é uma prerrogativa das CPIs, mas que a gente pudesse fazer as perguntas com tranquilidade. Inclusive o relator está aqui para ouvir, e nós todos. Obrigado.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Ver. Jonas. O relator, depois a Ver.<sup>a</sup> Biga, depois o Oliboni.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Só para nós entendermos essa folha que foi juntada aqui pela Ver.<sup>a</sup> Mari: a senhora quer juntar esse documento aos autos?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Exatamente, nós vamos anexar esse documento à CPI.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Só para eu conseguir entender, vereadora, aqui é uma conversa de quem com quem?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Do servidor Mário de Lima com a servidora Mabel.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** E qual a origem desse documento, ele partiu de onde?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** O celular da servidora Mabel enviou para o celular da atual presidente.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Do celular da servidora Mabel?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Exatamente.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Porque aqui aparece o nome do Mário Lima em cima do da Mabel.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Exatamente.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Então, em cima disso, eu pergunto para o Sr. Mário de Lima se ele reconhece essa conversa, se ele teve essa conversa, se ele lembra dessa conversa, e qual o teor dessa conversa? Se ele pode nos explicar.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu só não lembro como não reconheço. E também não consigo compreender o contexto dessa conversa nessa folha. Então não lembro e não reconheço.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A servidora Mabel é uma que diz que foi coagida pela Ver.<sup>a</sup> Mari antes de estar aqui, e conduzidas as perguntas, inclusive. Grave.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** A minha pergunta é: a Sra. Mabel, em seu depoimento, afirmou que o senhor deu ordem para cancelar a compra de pracinhas para que fosse levada adiante essa aquisição, a dos caras, que se refere à compra da Edulab. Edulab eu tenho certeza que o secretário sabe qual é a empresa. O senhor confirma essa afirmação?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereadora, eu não sei se foi da Edulab, da empresa A, B ou C. Várias empresas, vários projetos que apareceram para serem executados dentro da Secretaria da Educação foram vetados por

questões orçamentárias. Obviamente que, se aparece um projeto demandado pela área pedagógica no valor de 20 milhões e existe um saldo orçamentário de 10, esse projeto vai ser vetado. Mas, ao mesmo tempo, tem que ter a seguinte compreensão, o meu veto, como secretário adjunto, era muito mais consultivo, técnico, do que propriamente como um poder institucional, porque, como eu disse, a ordem de serviço – era a 02/22 – impedia que os secretários adjuntos da Prefeitura de Porto Alegre tomassem qualquer decisão orçamentária em relação a qualquer compra acima de R\$ 50 mil. E, com todo respeito, com essa folha aqui não me diz muita coisa, até porque a Sra. Mabel veio aqui, sob juramento, negou diversas coisas que a senhora perguntou, e a senhora não fez... Fez um inquirimento seletivo em relação a ela, para fundamentar sua narrativa. Então eu não consigo enxergar as colocações da Sra. Mabel fora do contexto em que ela estava aqui como sérias.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E o senhor tem alguma coisa para colocar que a Sra. Mabel aqui omitiu ou mentiu para esta presente comissão?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, as próprias palavras dela dizem isso, ela falou sob juramento, quem sou eu para julgar o que a Sra. Mabel falou.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não, mas aqui você reforçou que as narrativas foram direcionadas e que eu aceitei essa narrativa da servidora Mabel ao direcionar a narrativa.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, o que eu estou dizendo para senhora é o seguinte: a senhora, na fala da secretaria Sônia, traz um áudio da Mabel, hoje a senhora traz uma folha aqui impressa em preto e branco, então, só que, quando a Mabel estava aqui, a senhora não trouxe nada, a senhora está

agindo só para fundamentar a sua narrativa, a senhora não está buscando a verdade.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Servidor Mário, a pergunta é a seguinte: esta não é uma folha em preto e branco, isto aqui é uma conversa sua de WhatsApp com a servidora Mabel, a qual mostra a influência de saber que a ata era para atender uma demanda dos caras, a minha pergunta é, se esse WhatsApp saiu do seu celular, por que o senhor não consegue responder e por que esse ataque em dizer que o depoimento da servidora Mabel foi direcionado e que foi aceito esse direcionamento? Qual é o item que você tem aqui para denunciar? Eu gostaria de reforçar, para que o senhor pudesse denunciar aqui.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereadora, eu acompanhei todos os depoimentos, eu não estou falando que eu acho que aconteceu, é visível. A Mabel veio aqui, a senhora fez perguntas para ela, ela disse que não, sob juramento, aí numa reunião seguinte a senhora apresenta um áudio, hoje a senhora apresenta uma folha, a senhora está tentando construir uma narrativa, a senhora não está buscando a verdade.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu tenho aqui as informações, tanto que estão de posse, e o senhor não conseguiu responder ainda o que veio do teu WhatsApp.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Só para esclarecer, o secretário Mário está aqui como testemunha e não como interrogado.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu já dei minha resposta para a senhora.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Bom, eu gostaria de deixar anexado, então, esse WhatsApp para reforçar.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E gostaria de...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Pois não, relator.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Posso fazer minha última colocação? Eu acho que, para reforçar, eu gostaria de pedir para a assessoria colocar o áudio, que pode ajudar o servidor Mário a encontrar o quê... As respostas.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Áudio... A Ver.<sup>a</sup> Mari não aceita colocar o Seu Maurício, amigo, que foi vender o livro, porque está... E agora quer anexar outras coisas. Então, eu pergunto para os vereadores: anexa as duas coisas? (Pausa.)

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu posso... Eu gostaria... Compete ao cidadão de Porto Alegre ter transparência, e eu tenho certeza de que a população de Porto Alegre quer ter transparência.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente, estou pedindo ali para a assessoria...

(Procede-se à apresentação.) (Transcrição: "E daí, o que acontece? Aí, tá, a Soninha achava ótima a minha ideia, isso. Bah, Mabel, vai atrás! Tu tem..., tu é perdigueira. Vai atrás! Corre! Não

sei o quê... E a gente começava a correr. Aí, na metade do caminho: Bah, ô, Mabel, olha só, o Mariozinho veio lá do gabinete, esse aqui não vai poder sair, esse aqui... Tu entendeu? Essa era a jogada.”)

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Qual é a jogada? Qual é o gabinete que dava as ordens?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereadora, a senhora teve oportunidade de perguntar para a Mabel aqui, e ela não lhe respondeu. Eu não sei do que se trata.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** A Mabel informou que a ordem vinha sua e da secretária Sônia. Isso, ela afirmou e não tem como tirar do depoimento.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu não tinha, eu não tinha poder institucional...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Afirmando antes da resposta aqui, afirmou para a senhora no telefone.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não. A servidora Mabel, no seu depoimento, e está aqui nas notas taquigráficas, ela afirmou que todas as ordens iam do secretário Mário ou da secretária Sônia. A minha pergunta é a seguinte: Se as ordens vinham dos senhores, quem passava a ordem para os senhores? Ou a ordem era tempestiva e você mesmo tomava a decisão sozinho?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereadora, eu, assistindo às oitavas, e a senhora aqui, a senhora não ouviu o que a Mabel disse. A Mabel falou, lá em algum momento, que as decisões eram em grupo. As decisões não eram em

grupo, as decisões eram defendidas pelas áreas técnicas que encaminhavam para a área superior pedagógica. Eu não tinha nem poder institucional e nem político para tomar algum tipo de decisão. Eu não tenho poder normativo institucional. Existem diversas normativas e diversas instruções e também ordens de serviços que não permitiam que eu tivesse algum tipo de ingerência sobre algum tipo de material.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** O senhor levava ordens de algum gabinete para alguma servidora, como a Mabel?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Como?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** O senhor enviava ordens ou chegava com notícias ou ordens não informais, mas não ordens do SEI?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, eu não saberia, nesse formato de pergunta eu não sei como responder.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** O senhor não sabe responder se você passava ordens com relação a compras, com relação à servidora?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, claro que não.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** A servidora Mabel ou nenhuma servidora recebia...

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereadora, vereadora, vou explicar de novo, eu comecei explicando como funcionavam as compras. Nós tínhamos um novo fluxo de compras estabelecido no dia 22 de abril de 2022, em que o

---

processo de compras não passava por mim, por diversas questões. Primeiro, por questões técnicas que envolviam a área técnica, que era a área pedagógica, que enviavam, faziam análises dessas compras, faziam a demanda, encaminhavam para a secretária adjunta pedagógica que fechava isso com a secretária Sônia. Isso passava depois, mais tarde, para o setor, para a direção financeira que, caso tivesse alguma dúvida, entraria em contato comigo por conta da dotação orçamentária, em caráter consultivo, porque a Ordem de Serviço nº 02/22 impedia que eu tomasse algum tipo de decisão em relação a isso. Qual é a preocupação, digamos assim, que eu tinha relacionada ao orçamento? A pressa para executar o orçamento. Se isso aqui realmente tiver algum fundamento, eu supervisionava junto com toda equipe orçamentária, toda equipe não, mas a direção orçamentária para garantir que as compras e aquisições ou qualquer tipo de pagamento dentro da Secretaria ocorressem até o último dia do ano para que se pudesse absorver dentro do orçamento, senão isso me causaria um problema gigantesco no ano seguinte por não estar planejado. Então não existia uma decisão do tipo de compra, porque isso não passava por mim.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Gostaria só de deixar registrado que tem nota autorial do documento que foi subido aqui.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente, foram juntados aqui documentos pelo advogado Pedro Henrique Figueiredo de uma declaração que ele é o advogado da ex-secretária Sônia, juntando alguns documentos no SEI, e sendo uma declaração da Sra. Mabel, eu lhe passo aqui, e os documentos da Sônia foram juntados ao SEI. Como foi feriado, só agora que chegou e aqui também diz o que é o documento. O Sr. Pedro Figueiredo, advogado da Sônia, juntando uma petição com pedido de juntada de documentos, uma declaração da Sra. Mabel e o vídeo declaratório da Mabel a respeito daquele áudio e também de outras questões da Sra. Mabel em relação à questão do celular dela.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Solicito então o áudio desta juntada.  
(Pausa.) Não temos ainda?

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Só quero uma questão de ordem aqui para que a gente possa, toda a comissão, as duas comissões andarem sempre dentro da legalidade. O STJ, e aqui é bom que o advogado da Ver.<sup>a</sup> Mari também escute, o STJ inviabiliza uso de *prints* de WhatsApp como meio de prova, e por quê? Exatamente pelo que eu falei. A cadeia de custódia da prova é permeada de muitas mãos que passam, e ela pode ser utilizada de forma errônea. Então, Presidente, nós não podemos aceitar um WhatsApp jogado do nada, ou áudios de WhatsApp como meio de provas. Inclusive, solicito que seja indeferido qualquer tipo de pergunta por qualquer um desta comissão que tenha alguma coisa a ver com áudio de WhatsApp ou um *print* de WhatsApp, porque isso o STJ diz que não é meio de prova. Só isso.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, vereadora. Por isso que eu não quis ler aqui. O que é que diz a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel com uma testemunha: “Claro, então te mandamos o convite formal por *e-mail*. Se tu quiser conversar antes de explicar tudo, supertranquilo, estou cem por cento à disposição”. E aí a Ver.<sup>a</sup> Mari dizendo: “Já devemos pensar em algumas perguntas, e nós já sabemos da Lia e do Mind Lab”.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Isso já não é a Mabel, já é outra, é reincidência. “Já devemos pensar em algumas perguntas, e nós já sabemos da Lia, do Mind Lab e do Raimundo.” Por isso que ela fazia perguntas do Raimundo aqui. Escutem só ela livrando a testemunha: “Então a mira não é em ti, a mira

---

não é em ti. Sim, claro, tu preferes a conversa presencial ou *online*?” Olha, eu estou estupefato, eu não tinha lido tudo. “Sim, é claro, tu preferes presencial, ou *online*? Oi, queres fazer a *call* hoje?” Queres fazer a conversa... Isso com a testemunha, antes de ela vir aqui. Então, vereadora, eu...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada, Presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Está pronto o som? Por favor, então...

(Procede-se à apresentação. Transcrição do áudio: “Olá, sou a Mabel, meu CPF é 913.289.340-04, sou professora, funcionária pública há quase 24 anos, na rede estadual e municipal em Canoas, e passei um período na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, onde exerci o meu trabalho como assessora técnica de gabinete, com excelência, transparência e competência. No dia 18 de julho, eu fui exonerada abruptamente, e o que me deixou muito entristecida, desequilibrada, em função de que eu não estava preparada para isso financeiramente, pois eu tenho um planejamento econômico, eu sou mãe, sou solteira, tenho um filho em idade escolar e tenho muitos pagamentos, muitas coisas a honrar. Naquela ocasião, eu fiquei brava, fiquei incomodada, e erroneamente, eu quis, assim, uma certa questão de vingança contra o governo de Porto Alegre, uma questão assim, uma atitude imatura. Eu estava ali com troca de medicação, estava fragilizada, tive um afastamento por questão psiquiátrica e também por questão de uma crise de lombociatalgia, enfim. E procurei uma vereadora da oposição para conversar, enfim, essa vereadora me acolheu, né, me deu segurança, me deixou segura e me instigou, de alguma forma, a trabalhar contra o governo. E tivemos aí uma conversa, durante alguns meses, até o meu depoimento, e ela viu que eu não ia declarar nada que não fosse verdadeiro. Num primeiro momento, eu falei coisas erradas, coisas que machucaram e desonraram algumas pessoas do governo, porque eu estava com raiva, mas, depois, ela viu que eu não ia levar isso adiante, porque, se eu quisesse levar adiante, eu teria até, inclusive, relatado isso ao Ministério Público, enfim, não há nada que desabone essas pessoas. Bom, no dia 11 de setembro, eu fiz o meu depoimento, que é verídico, que é válido, eu validei, não há nada de diferente. Inclusive, essa Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, ela deu meu contato para a imprensa. A imprensa entrou em contato comigo duas vezes, conversamos e, em nenhum momento, eu falei algo que não fosse aquilo que estava de acordo com o meu depoimento. Então, não há nada que

desabone as pessoas nas quais eu tentei ferir e nem ao meu depoimento. Também vi, por meio das redes, que áudios meus foram veiculados tanto na imprensa quanto nas redes sociais de alguns servidores sem a minha autorização, e eles foram manipulados, porque eles foram juntados em um só e cortados, então, não é válido também. Esse vídeo aqui eu estou fazendo para esclarecer essas questões, para falar sobre essas questões que aconteceram, e eu não autorizo que eles sejam veiculados, tanto na mídia quanto em perfis de redes sociais de vereadores. Obrigada.”

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Satisfeito, relator? Podemos continuar então. A Ver.<sup>a</sup> Biga é a primeira inscrita.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Bom dia a todos e a todas. Presidente Cecchim, só para lembrar que o senhor é Presidente desta CPI, não é? Presidente...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** E a senhora é vereadora.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Isso.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Como eu.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Isso, somos iguais, vereadores, portanto acho que não cabe o papel de advogado de defesa.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** E a senhora acha certo, advogada de acusação da outra CPI?

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Eu sou vereadora na CPI, sou vereadora e exerço o meu papel aqui me dirigindo, Mário, a você – obrigada por ter atendido o nosso convite. E eu queria ponderar com você sobre os

---

apontamentos que a CGM, na auditoria interna, constam ali as irregularidades no planejamento. Quer dizer, apesar de aqui a base governista dizer que não tem nenhuma irregularidade, que esta CPI não precisa fazer pergunta, a própria auditoria interna aponta essas irregularidades do planejamento de compras, não conformidade de procedimento de pesquisa de preços, sendo recomendada a abertura de sindicância para apuração das responsabilidades. O senhor, como um secretário adjunto, não constatou esses fatos enquanto os processos estavam em tramitação? É a minha primeira pergunta.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom, vereadora, como eu falei, desde o início, esses processos de aquisição de materiais tiveram um comportamento, o seu fluxo teve um comportamento alterado em abril de 2022. Então, a partir daquele momento, a área administrativa fazia o cadastro, o seu principal papel, a partir desse fluxo, era fazer o cadastro num sistema GMAT, que era o sistema de gestão de materiais. Depois disso, o outro papel que a área administrativa financeira fazia era avaliar os aspectos orçamentários. Caso existisse dotação orçamentária, o diretor financeiro automaticamente já colocaria com base naquilo que era orientado anteriormente. Então, nós sabíamos que o maior volume de recursos que a secretaria possuía era relacionado ao vínculo 020 que nós chamamos, que é do Tesouro Municipal, que entra na contabilização do MDE, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, então, as coisas funcionavam meio que automaticamente. Então, os processos, por assim dizer, eles não passavam por mim, eles transitavam dentro da secretaria. Lá em maio de 2023, maio deste ano, quando a secretária Sônia tira alguns dias e eu fico como titular, vendo alguns... Não, depois que a secretária Sônia volta, vendo o que saiu no jornal, eu comecei a analisar os processos, e aí, então, eu solicitei a abertura de uma sindicância para que se pudesse apurar não só a forma das compras, mas como também apurasse o armazenamento e a distribuição do material. Em maio de 2023, quando a secretária Sônia sai por um período para

---

resolver alguns problemas de saúde, eu fico na pasta, chamo a Camila, que é chefe de gabinete, e peço informações relacionadas aos depósitos, porque existiam alguns históricos que me preocupavam em relação aos históricos. Também a secretária acabou absorvendo, não a secretária, mas o seu gabinete acabou absorvendo a relação diretamente com a coordenação dos depósitos durante o ano de 2022 e 2023. Eu chamo a Camila, a Camila me informa que existe um grande problema no que diz respeito à distribuição do material e também no que diz respeito ao armazenamento. Chamo a Simone, que era a coordenadora, uma excelente funcionária, aliás, do quadro, só que ela me relatou que estavam existindo alguns problemas - depois, esses problemas aparecem mais tarde -, que existiam problemas no que diz respeito tanto ao depósito quanto à distribuição. E aí, então, eu solicito a alteração da coordenação dos depósitos, sacamos a Simone e aí se coloca a Marna para fazer a chefia desses depósitos e, a partir da organização, e, ao mesmo tempo, alguns dias depois, eu solicito a abertura de sindicância para apurar os aspectos que envolvem não só a situação dos depósitos, como também relacionados à distribuição.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** No dia 23 de agosto, o senhor escreveu um artigo cujo título era “Deslocamento de Culpa”, afirmando que o uso da estratégia de deslocamento de culpa apenas dá nitidez às falhas do governo na gestão da implementação das políticas públicas, certo? Esse artigo foi pensado nas falhas da SMED e na forma como o prefeito lidou com essa situação? O senhor viu o prefeito ou a ex-secretária colocar a culpa em você de forma indevida?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Na verdade, a teoria do deslocamento de culpa não é um problema do governo de Porto Alegre, ela é um problema dos governos. Então, o que acontece? Quando um governo atua por meio de uma

abordagem *top down*, quando ele toma a decisão em cima e transfere a responsabilidade da execução para baixo, isso acaba acontecendo muitas vezes, como diz o artigo, para evitar constrangimentos daquele que toma a decisão. Mas isso não foi, digamos assim, motivado pela minha experiência em Porto Alegre, esse é um desdobramento da minha tese de doutorado que trabalha com políticas públicas, e, dentro desses aspectos, o deslocamento de culpa é um deles. O que eu poderia dizer em relação ao artigo, se comparado a Porto Alegre? Que, sim, talvez, poderia existir a possibilidade de transferência de culpa para aquelas pessoas que têm menor ou menos poder político para poder se defender ou para tomar algum tipo de decisão. Mas isso não é algo da Prefeitura de Porto Alegre, isso acontece normalmente nos governos, e como eu sei que isso acontece normalmente nos governos, a gente acaba construindo elementos para poder garantir a sua defesa quando isso vier a acontecer.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Pois não. Minha terceira pergunta: pela sua fala aqui, e eu estou prestando atenção em cada vírgula, a gente vai notando que você está identificando os problemas, vem identificando os problemas. A fala do prefeito Melo, na primeira denúncia, ele diz que iria averiguar o andar de baixo, portanto eu concordo com o teu artigo, beleza, que você escolha inclusive essa tese para o seu doutorado...

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Já fiz ele, faz alguns anos.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Já fez. Bacana. Vou querer ler inclusive. Enfim, você vinha identificando os problemas pela sua fala inclusive. A gente observa... Seja bem-vindo, doutor advogado. A gente observa que o seu advogado é “seu advogado”, diferente da secretária Sônia, que esteve aqui acompanhada do advogado da Prefeitura. Ao mesmo tempo, a gente vê, na saída da secretária, ato político, com entrega de flores e pompas no Paço. Ao

---

mesmo tempo, a gente enxerga aqui na CPI, desde o primeiro dia, um certo histrionismo, que é colocado aqui. Eu lhe pergunto: o senhor sabe o motivo da sua exoneração? Uma vez que todas as oitivas aqui levaram a culpabilizá-lo, ou indicar... O próprio prefeito fez isso ao indicar o andar debaixo. O senhor sabe o motivo, portanto, da sua exoneração? E dessa diferença de tratamento para com a Sônia e para com o senhor?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereadora, eu suspeito, assim, dos motivos da minha exoneração, mas o que é que eu vejo? Assim, existem problemas em qualquer governo. Muitos dos problemas, como eu venho do governo Marchezan, a gente já identificava na época, muitos são problemas históricos que Porto Alegre possui e, ao mesmo tempo, é difícil de a gente resolver em cinco, seis, sete, oito, nove, dez, talvez, em vinte ou trinta anos. É muito difícil. Os problemas dos depósitos eram problemas históricos, o problema de falta pessoal na Prefeitura de Porto Alegre, não só na Secretaria da Educação, mas falta muito pessoal também no controle interno da Prefeitura, na CGM. É necessário que se coloquem mais auditores de controle interno lá, justamente para garantir que se reduzam erros administrativos. Então muitos problemas foram verificados, ao longo do período, dentro da secretaria, mas, ao mesmo tempo que esses problemas eram identificados, nós também informávamos à administração, ao centro do governo que existiam problemas de ordem de pessoal, ou de ordem de infraestrutura, tanto de forma informal quanto de forma formal. Então, por exemplo, a questão do problema dos depósitos não foi um problema... Não deve ter sido o motivo da minha exoneração, porque o governo sabia disso desde novembro de 2022, e esse processo não passou por mim, porque eu não estava cuidando dos depósitos naquele momento; o processo 2200001142198-4, ele já trazia, levava para o CGOF, que é o Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira, que havia problemas tanto de pessoal quanto problemas também relativos à infraestrutura de distribuição do material,

e ainda assim foi distribuído 75% do material, e ainda assim havia depósitos lotados com material. Então, essas informações, quando surgiram as publicações da Zero Hora, do GDI, isso levou à necessidade de verificar, por uma questão de experiência na administração pública, de tomar uma iniciativa para verificar a situação, e aí isso fez com que eu solicitasse então abertura de uma sindicância verificando não só as compras nos aspectos formais da aquisição, bem como se comportaram os fiscais de contrato, como se comportaram os fiscais de serviço, bem como as suas respectivas distribuições a partir dos planos de trabalho e termos de referência. Então, se houve algum tipo de desoneração, ou foi por um caráter político, para tentar criar uma situação que gerasse, digamos assim, um arrefecimento do problema ou também por falta de desconhecimento mesmo. Então, eu não tenho... Agora, por motivo de culpabilidade no que diz respeito ao que aconteceu na secretaria, bastava ler os processos e verificaria lá que o Mário não tinha, digamos assim, um envolvimento direto no que diz respeito, porque se sabia como se dava o fluxo de compras por meio de atas dentro da secretaria, e, ao mesmo tempo, sabia-se da situação de dificuldade que a secretaria estava tendo no que diz respeito à distribuição e armazenamento dos materiais, bem como a quantidade de pessoas necessárias para fazer essa gestão e essa distribuição.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Biga, eu só gostaria de lhe perguntar e aproveitar: então, por que tu acreditas, secretário, que quando nós tivemos as notícias do GDI e a aqui a Câmara de Vereadores denunciou, a atitude do prefeito foi dizer que não sabia que era um problema de logística, que iam ser tomadas as providências, que eles não sabiam dessa informação? Por que tu achas que essa foi a postura do líder do Município, sendo que tu comentastes agora que desde novembro, quase seis meses antes, já havia as notificações, tu já estavas atuando, informando a Prefeitura? A gente também não entende isso aqui, nós, como vereadores, que somos quem absorve as narrativas.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom, eu não posso dizer que o prefeito sabia, eu estou dizendo que, por exemplo, o CGOF, que é um órgão ligado ao gabinete do prefeito, tem suas representações, talvez fizeram... O Município tem tanto problema que talvez distribuir livro não seja um problema tão grande quanto se enfrenta diariamente dentro do CGOF, talvez seja isso, eu não posso fazer esse julgamento. Ao mesmo tempo o processo em que solicitava caminhões e outros voltou para Secretaria da Educação dizendo o seguinte: caso fosse muito importante fazer essa distribuição, que a secretária titular, então, que o titular da pasta, solicitasse, digamos assim, a excepcionalização dessa distribuição. Só que essa excepcionalização não foi solicitada – até junho desse ano não havia sido solicitada essa excepcionalização. Então, ainda que o centro do governo quisesse, ainda que o prefeito quisesse fazer isso, existe um regramento, e esse regramento não foi executado naquele momento pelo titular da pasta para garantir essa excepcionalização.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Pois, não. Secretário Mário, então, como gestor, você identificou problemas e imediatamente pediu uma sindicância?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Quando eu tomei ciência dos problemas eu sempre tomei a iniciativa de tentar resolver, eu não poderia prevaricar; no momento que eu tenho conhecimento de um problema, o que acabo fazendo? Eu tomo as iniciativas necessárias, conforme as normas.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Pois não, eu gostaria que o senhor nos apontasse qual foi o resultado dessa sindicância, uma vez que o senhor identificou os problemas, abriu a sindicância. No que resultou esta sindicância?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Presidente, senhor viu que o senhor tem bastante assessoria aqui. Muito bem. Obrigada Mário, obrigada secretário, estou só aguardando então a minha última pergunta.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, em 11 de junho...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado. O Ver. Janta é o próximo.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Ele não respondeu.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Em 11 de junho... Eu não sei o que se deu dessa sindicância, ou se essa auditoria agora que saiu na sexta-feira é um desdobramento dessa solicitação, mas em 11 de junho eu faço esse pedido, através do Processo 23000068280-2, mas no dia 20 de junho eu sou exonerado. Então, acabei ficando sem saber o desdobramento disso, ou se essa solicitação acabou dando o desdobramento dessa sindicância, que foi autorizado pelo prefeito agora na sexta-feira.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Presidente, bom dia; Presidente Mari, relator Mauro Pinheiro, ao Mário Lima, ao seu advogado. Eu gostaria de fazer, como fiz com a Sônia, fazer um bloco de perguntas; aí o Mário vai respondendo,

---

para não ficar... Então, eu queria saber quais eram as suas principais atividades na SMED, se o senhor, em nenhum dos momentos, suspeitou de problemas nos depósitos da SMED ou nas compras por atas realizadas pela SMED. O senhor, Seu Mário, como sendo secretário adjunto, assinou algum contrato de compra em que foram utilizadas essas atas? Em algum momento a SMED avisou ou formalizou a necessidade de pessoas para cuidar dos depósitos e da distribuição de materiais? O senhor sabe por qual motivo o senhor foi exonerado? E eu gostaria de saber se o seu advogado, que lhe acompanha, já teve contratos com a Prefeitura de Porto Alegre ou tem algum contrato com a Prefeitura de Porto Alegre. Seria isso, Sr. Presidente.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom dia, vereador. Bom, eu vou começar pelo final. Eu acredito que o Dr. Adriano pelo menos não tenha contrato ou teve o contrato com a Prefeitura de Porto Alegre. Essa foi uma das condições que eu discuti com ele para ele vir me acompanhar. Da mesma forma, agora, voltando para o início, as minhas principais atividades dentro da secretaria eram basicamente de uma tesouraria orçamentária, se se pode dizer assim. Eu cuidava praticamente dos pagamentos de prestação de serviços da secretaria e também das parcerizações. Então, isso daria, ao longo de 12 meses, eu era responsável pelo pagamento de R\$ 450 milhões por ano. Dentre as atividades também ficavam a meu cargo, nos últimos tempos, as instruções, a construção de informações e operacionalização para a construção da PPP de infraestrutura das escolas do Município, que depois o governo acabou encaminhando a gestão, a formação de um programa... Também a expansão de vagas na educação infantil no Município passou por mim, sempre buscando viabilizar orçamento para possibilitar vagas na educação infantil no Município. Basicamente, essas eram as minhas principais atividades, mas o que tomava mais tempo mesmo era a realização de pagamentos, e um trabalho junto às questões que envolviam diretamente a gestão orçamentária da secretaria. Então, muitas reuniões em

---

decorrência de problemas no que diz respeito à prestação de contas, alguns problemas relativos a pagamento de terceiros, de fornecedores, da Prefeitura, já que, no que diz respeito à prestação de serviços terceirizados como serviço de merendeira, serviço de auxiliar de limpeza, etc. e tal, isso passava mais diretamente pelos gestores desses contratos, pelo diretor administrativo e, então, chegava até mim isso. Qual a outra pergunta?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Ah, sim. Em relação aos contratos de compra de materiais, como eu disse, nós tínhamos um novo fluxo, e esse novo fluxo, juntamente com algumas normativas como a Ordem de Serviço nº 02/22 e as instruções normativas no que diz respeito à despesa pública, elas não exigiam e não permitiam que eu pudesse interferir nesse tipo de compra. Sobre os depósitos. Sim, nós tivemos. Foram observados diversos problemas ao longo do tempo com os depósitos quando a secretária Janaína era secretária, eu cuidava de toda a parte administrativa, tinha muitos problemas, identificamos problemas relativos aos depósitos, especialmente no depósito da Olavo Bilac. Nós levamos o prefeito e outros secretários lá, demos encaminhamento a alguns aspectos. Existia o que poderia ser, digamos assim, um descarte indevido de documentos públicos, de prestação de contas de recursos federais. Nós solicitamos abertura de sindicância e solicitamos a presença de arquivistas do Município para dar uma orientação por conta da legislação de arquivos públicos sobre temporalidade e forma de tratamento desses arquivos. Nós também encaminhamos a reforma desse... Demos início ao encaminhamento de reforma desse depósito, o que fez com que nós, mais à frente, então, encaminhássemos também a contratação dos depósitos, do depósito da La Plata. Eu tive uma ação, uma atividade bastante presente nessa contratação, porque existia um cronograma de recebimento de equipamentos tecnológicos, como os

pág. 47

Chromebooks e os carregadores de Chromebooks, bem como existia também a intenção, já na gestão da secretária Janaína, de compra de telas interativas. Então, nós tínhamos um recebimento em torno de R\$ 100 milhões em compras, e, ao mesmo tempo, nós estávamos com um depósito bastante precário para poder receber esses materiais. Então, nós realizamos a contratação desse depósito da La Plata para colocar equipamentos tecnológicos. Essa foi a minha última participação efetiva no que diz respeito à gestão dos depósitos, e, para a minha surpresa, depois, esses equipamentos tecnológicos apareceram em outros lugares.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Como eu coloquei anteriormente, assim, eu desconheço um motivo, digamos assim, direto, justamente porque, os problemas, o governo tinha ciência, não estou dizendo que o prefeito tinha, mas o governo tinha, pessoas que tinham capacidade de tomar decisão tinham ciência disso. E, ao mesmo tempo, a minha exoneração surgiu justamente em surpresa, por eu ter solicitado, digamos, uma abertura de sindicância. Achei que eu estava fazendo a coisa certa, e dia 20 de junho acabei sendo exonerado.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Secretário Mário, quem lhe informou da sua exoneração?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** A Zero Hora.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu gostaria de só lhe fazer uma pergunta, porque eu estive até no depósito da La Plata, e o que nós encontramos foram muitos materiais que não eram tecnológicos; a minha pergunta é: essa contratação que você mesmo disse que se envolveu pessoalmente, me parece

que a primeira pessoa que chegou lá foi o Sr. Jailson, com os materiais da Astral e com materiais que ele fez a venda para o município de Porto Alegre. O senhor tinha ciência, você tinha acesso ao depósito, você tinha ciência que o Sr. Jailson tinha acesso livre ao depósito?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, em relação a isso eu não saberia lhe dizer. O que eu sei é que dois ou três dias antes de nós assinarmos o contrato, não sei se assinar o contrato, ou estar tudo *ok* com a locação, dois ou três dias antes disso, a secretária me informa que estão chegando carretas, ela me ligou no dia que essas carretas estavam chegando, estavam chegando no depósito algumas carretas para entregar laboratórios de matemática e de ciências, na secretaria. Eu fui lá, juntamente com alguns servidores da SMED, que ela mesma convocou, e aí esse senhor estava lá.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E a secretária estava presente nessa entrega?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Sim, só fui porque ela foi.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E é normal haver a presença do secretário na entrega de materiais?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu não sei se é normal, mas naquele momento era importante a entrega de materiais, porque era a primeira entrega de materiais, era dentro de um depósito bonito. Então eu entendi que naquele momento ela foi para lá, eu fui para lá e outros servidores da Secretaria foram para lá, justamente por um momento, digamos, festivo, porque a Secretaria não conseguia comprar nada e foi a primeira compra. Então acho que foi esse o motivo.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E essa compra não foi divulgada nas redes sociais da Secretaria? Então foi um momento festivo, mas que não foi amplamente divulgado para a população de Porto Alegre?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Pois é, eu não sei se foi divulgado. Eu não tenho essa informação, eu não sei.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Muito obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Agora o Ver. Oliboni, depois o Ver. Moisés. O senhor já teve a primeira rodada.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidente, pois então, eu queria saudar aqui V. Exa., colegas vereadores, vereadoras e o nosso convidado desta manhã, Mário de Lima – Mário de Lima, que era secretário adjunto da Secretaria da Educação. Mário, eu vou me deter a algumas perguntas, são três perguntas. A primeira que eu faço é em relação à auditoria especial da SMED. Na auditoria feita, foram dadas 56 recomendações, porque se confirmaram as suspeitas das falhas de destinação dos materiais e equipamentos adquiridos pela secretaria; 56 recomendações, por si só, se percebe que tem irregularidades. A auditoria apontou essas 56 – faço questão de repetir –, e vou citar uma delas, do que foi feito ilegalmente, por exemplo: “A secretaria pagou, antecipadamente, por recursos de formação agregados às compras de material, sem justificativa prévia e sem controles administrativos que garantam prestação de serviço futuro”. Ou seja, fica evidenciado que, no período analisado, foram feitos pagamentos por cursos que não vieram a ser realizados. O senhor, como secretário-adjunto, tinha conhecimento disso, assinou a liberação do pagamento?

---

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, como eu disse, vereador, essas aquisições não passavam por mim, porque nós temos instrução... A partir da Instrução Normativa nº 01, de 2016 – ou talvez alguma outra antiga, mas a mais antiga que eu conheço é essa –, a partir da Instrução Normativa nº 01, de 2016, todos os empenhos de pagamento de aquisição de materiais não passam pelas secretarias, eles passam diretamente pela DLC, que é a Diretoria de Licitações e Contratos. Então a Diretoria de Licitações e Contratos é que realiza o pagamento, mediante o *ok* do fiscal do contrato. Então o fiscal do contrato, o fiscal de serviço que deve observar se os aspectos necessários para o pagamento foram concretizados ou não. Se esses aspectos foram concretizados, o fiscal do contrato, o fiscal de serviço dá *ok*, aí então o ordenador de despesa, que nesse caso é a DLC, realiza a emissão do empenho. Ou, no caso de liquidação, vai lá para a Secretaria da Transparência e Controladoria. Então, toda a motivação do ordenador de despesa é com base na verificação da execução de serviço e da execução do contrato. Então o ordenador de despesa toma decisão, mas, quando ele toma decisão, ainda que não tenha sido eu, ele toma decisão com base naquilo que o fiscal verificou. Então, se houve algum problema de orientação no pagamento, isso foi construído lá na ponta pelo fiscal que não verificou nem o contrato nem o termo de referência que deu base para contratação do serviço ou do material.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Mário Lima, olha só, várias pessoas foram ouvidas aqui e falam da mesma forma que o senhor está falando que o senhor não é o responsável, é fulano, é sicrano. O senhor falou aqui, por exemplo, que quem é o responsável também, além disso que o senhor acaba de afirmar, é a Diretoria de Licitações e Contratos. Em algum momento, o senhor fala na diretoria técnica pedagógica, afinal de contas, quem está dirigindo, numa analogia, esse avião, quem decidia?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom, vereador, quem decide é o secretário, é o titular da pasta, ele que decide, isso não precisa nem perguntar para mim, isso é uma norma, está bem claro – isso é a primeira coisa. Só que o secretário, para ele tomar uma decisão, tem que ter como uma base fundamentos que garantam essa decisão. Então, por exemplo, se a Secretaria de Educação quer comprar livros, tem que existir estudos prévios, tem que existir uma demanda necessária que permita a constituição de um termo de referência que possibilite uma orientação que motive, que incentive o titular da pasta, no caso de Porto Alegre, em qualquer valor que supere R\$ 50 mil, para que ele possa solicitar uma liberação orçamentária para, então, dar encaminhamento para a contratação. Então, a definição do que pode ser comprado ou não é o secretário, só que isso tem que ter como base uma motivação. Seria estranho, por exemplo, um secretário tomar uma decisão para realizar uma compra de algo que não existe demanda, isso, sim, levaria à suspeita, indicaria um vício, e esse vício possibilitaria, então, indicar, lá na frente, a necessidade de apuração para verificar se houve uma irregularidade e talvez corrupção.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Mas é isso que está...

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Não quero perder o raciocínio, nobre colega vereadora. A irregularidade existiu, tem aqui 56 recomendações, inclusive uma delas é que não foi consultado o Conselho Municipal de Educação nem o conselho escolar, professores e tudo mais, e a Secretaria toma para si e decide comprar, que eu acredito ser ilegal, tamanho recurso destinado para essas compras em várias áreas. Por exemplo, o senhor era o responsável – acabou de dizer aqui – sobre a locação de depósitos, inclusive o aluguel ou compra de caminhões para distribuir esse material. Quem decidiu tudo isso?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereador, como eu falei para o senhor – para todos, né? –, em relação aos depósitos, o depósito da La Plata, surgiu a necessidade de contratação, porque o Município estava adquirindo em torno de R\$ 40 milhões em Chromebooks e não havia um espaço adequado, já verificado em novembro de 2021, para o depósito desses materiais. Alguns materiais já estavam com previsão de chegada e era necessário colocar materiais num montante de R\$ 40 milhões num lugar que pudesse garantir a segurança desses materiais. Então, a minha responsabilidade foi justamente tentar encontrar uma solução para resolver esse problema, mas não fui eu que contratei, porque eu não tenho, eu não tinha estofo normativo para fazer essa contratação. Naquele momento, eu fui designado para tentar resolver esse problema e, a partir disso, encaminhamos as informações para a secretária Sônia, que fez a contratação do local com base numa fundamentação. Isso é a primeira coisa. A segunda coisa: no que diz respeito à contratação de caminhões, isso, a contratação de caminhões significa despesa continuada. Não é uma compra; é uma despesa continuada, é um contrato de pelo menos 12 meses que pode vir a ser renovável. Então, uma despesa continuada não dependia nem de mim – porque eu não tinha estofo normativo para isso –, nem da secretária, porque nós temos uma comissão de Gestão Orçamentária e Financeira, que é o CGOF, que avalia o impacto orçamentário financeiro de despesas continuadas, para ser mais exato. E aí, então, isso foi para o CGOF. O CGOF avalia, analisa, existe uma determinação do prefeito em relação a algumas despesas, e ele retorna para a Secretaria de Educação solicitando que o titular da pasta se coloque à disposição de fazer uma justificativa para excepcionalização disso. Então, a contratação de caminhões por parte da secretaria, até um determinado nível, ela foi bem encaminhada; agora, no que diz respeito à despesa continuada, isso ultrapassa, digamos assim, os limites de cada secretaria do Município e acaba entrando dentro da gestão orçamentária e financeira de todo Município.

---

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Eu acredito ter – eu faço a última pergunta, nobre Presidente – uma contradição de V. Exa. à medida que o recurso para uma gestão continuada, isso que o senhor refere, tem um valor limite, me parece que isso foge do limite que V. Exa. apresenta aqui. Mas eu queria lhe perguntar o seguinte, a última pergunta: sendo o senhor demitido, o inquérito continuará, o senhor não teme ter uma investigação sobre tudo que aconteceu aqui e o senhor estar envolvido nesse processo todo? Essa é primeira questão. E a segunda: por que o senhor procurou o vice-prefeito?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom, a primeira pergunta... Vou começar pela segunda. Eu não procurei o vice-prefeito em nenhuma situação. Quem falou isso mentiu, não procurei o vice-prefeito em nenhuma situação, pelo contrário, quem conhece a administração pública, e o senhor conhece, conhece o governo, o subordinado não procura o prefeito ou o vice-prefeito, só se for alguma coisa muito absurda. Em nenhum momento eu procurei o vice-prefeito, nem durante o governo, muito menos depois que eu não fazia mais parte dele. Essa é a primeira coisa. A segunda coisa, em relação à investigação, qualquer agente público que seja ou em cargo de comissão, ou vereador, num cargo eletivo, ou prefeito, secretário, etc. e tal corre o risco de estar dando esclarecimentos para a população, para a justiça, para os órgãos de controle a todo momento. Eu não vejo problema nisso, até porque, como eu coloquei aqui, tudo que eu estou falando aqui para os senhores eu tenho como provar. Eu não estou aqui tendo nenhum comportamento leviano, tudo aqui eu tenho como provar. Se algum caso, algum órgão de controle, a justiça queira saber mais informações sobre mim, eu tenho que me colocar à disposição, porque eu prestei serviços na Prefeitura de Porto Alegre, como secretário adjunto da Educação e eu corri o risco de ter que passar por um momento como esse, só que eu sempre procurei fazer o meu trabalho com base no esclarecimento, na formalidade, na materialização de todas as ações que eu realizei. Então, mais do que me colocar

à disposição, eu não vou fugir de nenhuma necessidade de prestação de esclarecimentos em nenhuma esfera e em nenhum momento. Isso eu acredito que faz parte da atividade de quem trabalha com a administração pública.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, secretário. Vereador Moisés Barboza.

**VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Presidente Idenir Cecchim, eu vou ser sucinto, acredito que a gente aprovou aqui um rito, e os vereadores recorrentemente esquecem. Então acredito que fazer, no máximo, três perguntas está de bom tamanho. Também não encontrei no Regimento que tenha algum vereador que possa fazer perguntas *ad aeternum*, estou estudando ali com a equipe. Mas, antes de fazer duas, três perguntas juntas para o ex-secretário Mário, eu queria dizer que eu estou me sentindo muito prejudicado, Presidente. Em primeiro lugar, porque a gente não respeita o que nós aprovamos, que é a questão do tempo, quantas perguntas. Eu também quero deixar claro que, já que a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel falou à vontade, com vereadoras que vieram até aqui, eu também gostaria de falar para ela algumas coisas. Primeiro, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a senhora indefere de pleno qualquer requerimento que a senhora não queira receber, mas a senhora apresenta tudo o que a senhora deseja na hora em que a senhora quer. Acho que falta coerência do ponto de vista da sua postura. A senhora também não parou para pensar que a senhora também está atrapalhando o trabalho do Ministério Público, quando a senhora traz aqui algo que a senhora não anexou, não dividiu esse *print*, que eu não sei de onde que a senhora tirou, se a senhora pediu para a funcionária, se ela lhe deu espontaneamente, se a senhora tinha autorização ou não do secretário. Quando a senhora traz isso, acredito que a senhora, inclusive, atrapalha o trabalho do Ministério Público. E me incomoda muito, eu já disse várias vezes ali da tribuna, Ver.<sup>a</sup> Mari, porque eu passei nesta Casa aqui, CPI,

---

pedido de *impeachment* que, inclusive, foram derrubados pelo próprio Ministério Público depois, quando mandaram arquivar. Eu vi a senhora rir, a senhora sorrir em alguns momentos, o que me incomoda muito. A senhora sorri, quando as pessoas se dizem prejudicadas, injustiçadas. Mais de uma vez! Aconteceu isso com empresário, aconteceu quando a senhora divulgou aqui o rosto e o nome de um secretário nas suas redes sociais, distorcendo quem tinha falado. Eu volto a fazer um apelo para a senhora: muito cuidado, porque as injustiças a gente faz sem prova, aí, depois, ninguém vai explicar para a família que não era bem assim ou que não tinha prova ou que as pessoas foram injustiçadas. Eu preciso fazer esse apelo, porque toda a bancada do PSDB – o líder, Ver. Gilson Padeiro; o vice-líder, Ver. Marcelo Conselheiro – pediu para que eu fizesse aqui, nestas CPIs, um trabalho coerente e que eu não esquecesse o que aconteceu conosco, no nosso governo, na tentativa desesperada de criar factoides eleitorais, praticamente fazer campanha antecipada, que a gente mantivesse a justiça. É por isso que as minhas perguntas, tudo isso é para justificar as minhas perguntas ao secretário Mário. Secretário Mário, as minhas perguntas são bem práticas: o senhor recebeu algum dinheiro para fazer qualquer coisa que o senhor fez, prestando seu serviço na Secretaria da Educação, fruto de corrupção ou de algo assim? Se o senhor recebeu algum dinheiro, pediu algum dinheiro para alguém para fazer o que o senhor fez? Segundo: tendo em vista que eu não vejo nenhuma prova disso, inclusive acabei de ler ali um relatório a pedido da Prefeitura, que os resultados foram divulgados hoje, depois de 60 dias, o próprio prefeito Sebastião Melo e o vice-prefeito solicitaram esse documento; tendo em vista que eu não vejo, o senhor não se sente injustiçado quando dão a entender que o senhor quer acobertar alguma coisa? – essa é a segunda. E a terceira pergunta: se o senhor se sente injustiçado, o senhor descarta a hipótese de entrar no juízo e processar as pessoas que estão dando a entender que o senhor praticou ou pratica alguma ilegalidade? Obrigado, Presidente.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereador, inicialmente, eu vou me perder um pouco nas perguntas...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Espera aí, até te dando liberdade de pensares nas respostas, eu acho que como...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Deixa-o responder antes...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu acredito como uma questão de ordem...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A pergunta é do Ver. Moisés...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não, foi um ataque direto à minha pessoa, e eu gostaria de responder ao Ver. Moisés que, pelo jeito, a dificuldade de ser republicano e democrático está vindo da liderança do PSDB, porque eu busquei conversar com o senhor, mandei um WhatsApp e nunca foi respondido, mostrando-me que o PSDB está fechando a porta do diálogo. Reforço aqui que é triste de ver que o líder de um governo que se intitulava de fazer tudo certo, que era o governo Marchezan, que comprou brigas com esta Casa de Vereadores, tem na sua liderança a defesa de ilicitudes, que é isso que mostra a auditoria da Prefeitura, que nunca foi um problema de logística, como estive nas rádios, na TV, me atacando. Nunca foi um problema de professores e diretores serem de esquerda. E mostra um direcionamento, do início ao final do processo, mostrando que as atas de registro de preço, que o senhor aqui sempre fala que são legais, foram feitas de maneira irregular, que é possível comprovar uma possibilidade de dano ao erário. E o senhor, na vontade de defender e acenar para o prefeito Sebastião Melo e de impedir a investigação, está me atacando. E esta que é a grande questão: por que o PSDB – eu coloco aqui, na

pág. 57

sua liderança – fecha as portas para um diário o diálogo republicano, fecha as portas para ilicitude dos atos, diante de um líder, que foi aqui uma grande pessoa que tentou buscar a licitude de todos seus atos, e a gente sabe disso das vozes do prefeito, então, Nelson Marchezan, tanto que era seu tema de campanha. E agora o PSDB mudou? A minha pergunta é se precisava gastar cinco minutos em vez de lhe perguntar a testemunha para atacar a então Presidente? E principalmente fazer esse papel de ator diante da TVCâmara e não onde a gente deveria fazer, que é um trabalho sério.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O senhor tem o mesmo tempo, quatro minutos.

**VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Não, é bem rápido. Primeiro lugar, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, eu não respondi o seu WhatsApp, porque eu não concordo com o que a senhora está fazendo aqui e não tenho vontade de lhe ouvir, não tenho vontade de conversar. Inclusive a senhora nos procura aqui na bancada com uma assim... com uma facilidade. Eu não concordo com a sua atuação, não concordo e sei que colegas da sua bancada também não concordam. Então eu não me sinto... Eu não faço teatro! Então, eu não vou fingir que eu estou com vontade de lhe ouvir, não vou fingir que concordo com a sua prática, eu não estou com nenhuma vontade de que a senhora venha conversar comigo, porque a sua prática de tentar antecipar as eleições, fazer campanha e assassinar, sem provas, biografias das pessoas não é a política que eu vim fazer aqui! E, se a senhora quer falar da gestão passada, nós sofremos algo muito semelhante – utilizar a Câmara, fazer palco para antecipar eleições – e é o que a senhora desesperadamente tenta fazer.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Ver. Moisés, nós estamos aqui numa democracia, e eu acredito, Presidente, que a gente não ouviu os colegas e a

gente não respeitar a democracia não era o que eu esperava de um líder de um partido político.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Então, agora eu encerro diante do fato que nós temos um líder de um partido político que não respeita a democracia, divergência de ideias e de opiniões.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado. Ver. Robaina, depois a Ver.<sup>a</sup> Nádia...

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu tenho que responder aqui para o Ver. Moisés.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Desculpa, o Ver. Moisés fez uma pergunta...

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Tranquilo. A primeira pergunta, se eu recebi dinheiro, não, vereador. E assim, eu sou uma pessoa, e eu fico muito ofendido com o que aconteceu aqui hoje, porque eu sou uma pessoa que sou filho de operário, vim da vila, estudei a minha vida inteira, fiz mestrado trabalhando, fiz doutorado com dois empregos – dois empregos –, fiz doutorado com dois empregos. Cheguei na Prefeitura de Porto Alegre a convite de um grande cidadão, que era o secretário é , que depois de passar por essa Casa e ter uma grande experiência trabalhando aqui neste plenário. Acredito que cheguei na Secretaria na Secretaria da Educação como adjunto através de uma indicação pelo meu trabalho, por competência. Nunca tive nenhuma fala relacionada à minha probidade. Claro que, na administração pública, a gente

passa por algumas situações, mas essa eu acho que é a situação mais, digamos assim, difícil para mim neste momento. E sempre tive os cuidados necessários para garantir, justamente trabalhando na administração pública, garantir materialidade para deixar sempre claro para os órgãos de controle, para as pessoas, que eu sempre tive um comportamento adequado na administração pública. Inclusive nós convivemos bastante, durante o governo Marchezan, acho que o senhor é testemunha disso, durante todos os momentos. Então, não recebi dinheiro nenhum relacionado a esse tipo de coisa. O dinheiro que eu tenho, que eu ganho na minha vida, é relacionado ao meu trabalho. Eu nunca tive vergonha e sempre tive ânimo de trabalhar, inclusive sempre tive normalmente dois trabalhos. Quando trabalhava na Câmara de Vereadores, eu dava aula; quando trabalhava na Prefeitura, também dava aula e também estudava. Então, eu não preciso disso para viver. A gente pode passar por dificuldades, mas, aquilo que a gente aprendeu em casa, a gente não abre mão, e a gente sabe que os homens que são livres e de bons costumes têm muito exemplo a dar para as pessoas. Então, de forma alguma eu recebi dinheiro para fazer qualquer tipo de ilegalidade, essa é a primeira resposta. Eu me senti injustiçado, porque, às vezes, as pessoas... A gente sabe, eu sei como é que funciona a política; eu venho lá do movimento estudantil, sei como é que funciona a política, só que eu nunca compactuei e nunca me comportei quando determinados comportamentos fugiam aos meus princípios. Então, ainda que as pessoas tenham princípios, elas não podem negociar isso e nem podem utilizar isso como um instrumento político. Maquiavel nos ensina que os fins justificam os meios, mas pessoas que utilizam os meios para garantir fins, elas rasgaram esses princípios, esses princípios ficam só na narrativa. Então, vereador, eu me senti muito injustiçado, sim. Por quê? Porque, durante toda a minha vida, eu nunca precisei fazer nada errado para pagar as minhas contas. Eu tenho uma casa que a minha renda e a da minha esposa permitem que eu tenha. Eu tenho um carro, meu carro é um Ônix 2022, um Ônix, um carro simples, 1 mil cilindradas. Eu tenho dinheiro para

suportar, digamos, uma atividade que eu estou tendo agora só. Tenho dinheiro para suportar alguns meses, porque eu fiz economias. Então, eu não tenho, eu não sou rico, eu sou um trabalhador, sou um universitário, eu vim de baixo e não tenho vergonha de dizer isso. Então, eu não tenho nenhuma preocupação em ter que fazer esse tipo de defesa.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Secretário, eu só gostaria de deixar registrado que, até para os colegas que, no calor da emoção, não conseguiram ler, quem se refere a “dos caras” é a servidora Mabel, não é o senhor. Até gostaria que o seu advogado que estava de posse do documento lesse, porque no documento que nós subimos ali, a gente coloca a servidora Mabel falando sobre “dos caras”, e não o senhor. O senhor estava cobrando o número SEI e a servidora falou: “Essa é a dos caras.”, então eu gostaria de reforçar que o senhor...

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereadora, eu quero voltar aqui, eu reforço que eu não lembro, ou não conheço isso.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não tem problemas, mas eu só estou dizendo...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Está esclarecido, obrigado.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Olha, vereador, desculpa eu rir, estou rindo de nervoso, de tristeza. Processar pessoas... Eu não acho que... O mundo da política, às vezes, ele pega fogo. No mundo da política, às vezes, a gente tem muita disputa ideológica, tem muita disputa de poder, e é um ambiente em que eu não eu não pretendo processar ninguém, porque, o seguinte: eu vou seguir minha vida, nunca dependi da política para viver, ainda que eu viva sempre

atuando na política. Eu sempre procurei fazer com que a política não fosse meu ganha-pão. Não falo mal, ao contrário, só que eu sempre preferi essa escolha, e ao mesmo tempo... Eu não pretendo processar ninguém, não, só se o meu advogado disser assim: “Oh, Mário, isso aqui não dá para admitir.” Mas aí é uma questão técnica, não é uma questão ideológica, ou moral. Acho que, na moral, é o seguinte: eu fiz o meu trabalho direitinho, espero não ter magoado ninguém, não quero comprometer ninguém, eu só vou buscar a verdade; e ao mesmo tempo, fazendo isso, vou seguir minha vida, e aí a natureza cuida das coisas que aconteceram, das pessoas ruins, das pessoas más, ou daquelas pessoas que tiveram comportamento inadequado. Então essa é minha essa resposta.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não podia esperar outra resposta de Vossa Excelência, Mário, lhe conheço pela sua capacidade como professor e como competente também nos lugares em que o senhor passou. Queria fazer só uma pergunta, aproveitar que o advogado da Ver.<sup>a</sup> Mari está aqui, se ela confirma a ameaça que ela me fez, que eu iria receber os “capas pretas”, queria que ela explicasse o que é isso. O que que é? É uma ameaça? Quem são os “capas pretas” que a senhora me ameaçou?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não, eu reforcei aqui, quando o Presidente disse que iria me cassar e me destituir da CPI, que o governo tem maioria para cassar o meu mandato, que não era eu que estava sendo investigada...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Poderia.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não, que iria me cassar. A gente já tem... Até a vereadora aqui que está rindo, Ver.<sup>a</sup> Barth, que já me colocou na Comissão de Ética pelo mesmo motivo que o Sr. Relator Mauro Pinheiro, e nós

sabemos que o governo está construindo maioria para tentar cassar o meu mandato e cercear o objetivo desta CPI, que é trazer o inquérito, que é trazer para o público de Porto Alegre o que aconteceu na Secretaria Municipal de Educação. Dado isso, eu reforcei que, se ele quiser cassar o meu mandato e terminar com a CPI, que não tem problema, pois nós já estamos vendo que aqueles homens que vestem preto já estão indo nos locais buscar as informações, e é isso que está acontecendo. Não foi feito um ato, na segunda-feira passada?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Mas isso é uma ameaça a mim?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não, eu estou dizendo que...

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** “Os capas pretas vão te visitar.” Por que iriam me visitar? Eu não tenho nenhum problema com capa preta.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não lhe visitar. Eu falei que já estão fazendo o seu trabalho. Se querem acabar com o mandato de uma parlamentar que denunciou compras irregulares, que passou de problemas de logística e professores esquerdistas para sérias irregularidades e possível dano ao erário, no mínimo, eu preciso ter a consciência tranquila de que outros órgãos irão fazer o trabalho deles, se eu perder o meu direito de ser parlamentar e atuar em prol da capital que me elegeu.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Só se perder o mandato, é isso? Não é ameaça direta?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Eu não posso fazer nada.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Posso falar, Presidente Cecchim, ou o senhor vai continuar atrapalhando o funcionamento da CPI?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O senhor me respeite. Eu não estou atrapalhando nada.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Está.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Quem atrapalha é o senhor, que queria ser relator e não foi. O senhor foi cassado pelos demais vereadores e pela justiça também.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Está atrapalhando. Advogado de defesa do governo. O senhor não é Presidente da CPI; o senhor é advogado de defesa do governo.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O senhor me respeite. Eu estou presidindo.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Vai me passar a palavra?

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu não sou um guerrilheiro daqueles que o senhor defende.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Vai passar a palavra? Bem, em primeiro lugar, Mário Lima, como o senhor sabe bem, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, apesar dessa obstrução permanente do governo, liderada pelo Ver. Idenir Cecchim, e da constante tentativa de intimidar a presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, sem a qual nós não teríamos

---

uma CPI, esta CPI existe porque a Mari Pimentel protocolou um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito, fundamentado, com fatos, esses fatos foram se demonstrando ao longo do tempo por ações, inclusive policiais. Então, nós, sim, estamos buscando fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito, apesar da sua própria oitiva ter sido muito atrapalhada; não atrapalhada pelo senhor, mas atrapalhada pelos integrantes do governo, que tentaram obstruir essa oitiva. Eu queria começar lhe perguntando se o senhor considera correto fazer a definição de que nós tivemos... Certamente o senhor acompanhou todas as notícias dos jornais. Se o senhor concorda com a simples tese de que nós tivemos problemas de logística na Secretaria de Educação? Eu lhe faço essa pergunta, porque um dos temas que nós temos nos esforçado, a partir da consideração de que não são problemas de logística simplesmente, mas eu queria saber a sua opinião, nós estamos buscando justamente a quem auditar. Porque o próprio governo reconheceu, fez uma auditoria, apontou uma série de itens, mas nós estamos buscando justamente quem auditar. Então eu queria saber qual é sua consideração, se o senhor acha que são problemas de logística.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom, vereador, como eu falei anteriormente, quando eu cheguei na secretaria, em setembro de 2021, eu fui justamente para verificar, pela minha experiência na área de finanças públicas, vícios administrativos. Então, como é que eu vou dizer para o senhor? Eu não posso, eu não tenho como fazer um pré-julgamento e dizer o seguinte: ó, existe um problema de corrupção ali. Não é nem dentro da esfera administrativa que isso é construído, aí é um problema de polícia, Ministério Público, etc. e tal. Claro que alguns vícios, quando identificados, nós temos que tomar providências. No que diz respeito à logística, isso, quando foi por mim verificado, lá em maio, junho desse ano... Ainda em 2022, ali pelo mês de novembro, eu visitei uma escola e identifiquei que essa escola que eu visitei, a Villa Lobos, ela possuía muitas caixas de livros, e eu cobrei da diretora por que aquelas caixas de livros estavam

colocadas, disponibilizadas no corredor, dentro das salas de aula, e ela indicou, informou que a SMED não tinha dado a orientação adequada e ela também não havia solicitado aqueles livros. Peguei essa informação, eu mesmo tirei foto dos livros – posso disponibilizar as fotos que eu tirei –, tirei as fotos daquelas caixas e tal, cheguei para a secretária Sônia e para a secretária Claudia e perguntei: “Vocês estão tocando agora o depósito e tal, vocês podem me dizer se isso que verifiquei lá na Villa Lobos pode estar ocorrendo em outras escolas também?” Elas falaram: “A gente vai verificar e tal, mas muitas vezes os professores não usam e tal, etc. e tal.” Em janeiro... Bom, e aí se tornou uma preocupação ver aqueles livros e tal, aí, determinado dia eu mandei uma mensagem para a diretora Andrea; os livros continuavam e tal. Eu sabia que nós estávamos recebendo muitos materiais porque eu acompanhava a execução orçamentária e nós apresentávamos o comportamento da execução orçamentária semanalmente para o prefeito porque nós tínhamos a preocupação de atingir os 25%, que não é uma preocupação desse governo, é a preocupação de qualquer governo que existe no Brasil em qualquer esfera, é atingir os limites constitucionais, e mais o saldo que existia em 2001; então, nós tínhamos um olhar apurado no que diz respeito à execução orçamentária; aí então, como eu sabia que a gente estava executando, significa que nós estávamos recebendo; aí então em janeiro de 2023 eu encaminho um *e-mail* para o diretor administrativo, perguntando para ele como estava a situação da distribuição dos materiais. Ele falou: olha, não estou sabendo direito, está sendo organizado diretamente do gabinete da secretária com a coordenadora administrativa... a coordenadora dos depósitos e tal, essa distribuição. Só que fiquei com aquilo ali na cabeça, o diretor administrativo me respondeu alguns dias, uns 15, 20 dias, não lembro, depois dessa minha pergunta; aí depois, então, quando a secretária Sônia se desliga para um procedimento médico, a primeira coisa que eu faço é tentar descobrir como está a situação dos depósitos; chamo a chefe de gabinete, e ela falou: está ruim, a fulana lá não está... A Simone, desculpa.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Mário, deixa eu ir para segunda pergunta, que ela está ligada à primeira, porque, quando eu pergunto para ti se é uma questão de logística, está ligado... A própria auditoria do governo já identificou, pelo menos pelas instruções que deram, que não é só de logística, a própria auditoria. Nós lutamos para ter essa auditoria, finalmente ela saiu, e ela define a necessidade de procedimentos que estão ligados não só à logística, estão ligados ao procedimento da pesquisa de preços, estão ligados aos problemas de irregularidades no planejamento; então, quando nós fazemos um esforço de quem auditar, nós estamos atrás de quem são os responsáveis pelas irregularidades, nós estamos atrás de quem são os responsáveis. Quando nós lhe chamamos, está relacionado com isso, pela autoridade que o senhor teve na secretaria; quando nós chamamos a Mabel, teve a ver com o mesmo assunto. Por que a Mabel é tão importante? Porque ela era fundamental no início dos processos, e foi ela que nos disse – ela nos disse, no depoimento dela, não foi a presidente – que o senhor deu a ordem de cancelar a compra das pracinhas. Ou seja, foi o senhor que deu a ordem, segundo o depoimento da Mabel, e justamente isso eu queria confirmar com o senhor, porque isso tem importância para a investigação.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** É justamente isso. Bom, só vou terminar o negócio do depósito. Então, quando eu chego, fico nesse período, chamo a Simone, pergunto para ela a situação, ela me fala de uma forma que eu não consegui sentir segurança na resposta dela e então eu substituo a coordenação dos depósitos, visto que existe um problema grave no que diz respeito à gestão dos depósitos. A partir daquele momento, também eu verifico, começo a olhar os processos de compra... Mais tarde, quando começam a surgir os elementos no jornal, eu entro nos processos de compra e verifico que os processos não estão instruídos adequadamente. Em relação a veto ou não de algum tipo de

compra, eu lembro que a secretária Sônia me falou sobre sobreposição de material, alguma coisa assim, eu não tinha como definir sobre essa sobreposição de material porque eu desconheço a área pedagógica. Nós tínhamos a secretária Sônia, que é doutora em pedagogia; nós tínhamos a secretária adjunta que era mestre na área de educação; e outros educadores envolvidos no que diz respeito à formação de termos de referência para a contratação de material. Então, eu não tinha nem autoridade técnica, nem autoridade política-institucional para vetar ou não. No que diz respeito ao aspecto orçamentário, que é a sua pergunta...

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Eu quero entender o da Edulab. Por quê? Porque está ligado ao depoimento da Mabel.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Sim. Eu entendi.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Sabe, Mário, tem coisas ocorrendo que são estranhas, tu tens que concordar comigo. Nós estivemos agora no Conselho Municipal de Educação, na sede do conselho... Entraram na sede do conselho, tem dois, três computadores que sumiram. Está tendo hoje boletim de ocorrência na secretaria de educação. Sumiram três computadores que tratam justamente das verbas federais para o Município, no órgão que tem como objetivo fiscalizar, são problemas graves. Então, quando eu tento que tu coloques de modo claro, o depoimento da Mabel foi verdadeiro sobre isso ou não? Ela responsabilizou o senhor.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Deixa eu explicar para o senhor. É justamente isso, eu não lembro se foi à Edulab, se foi à empresa Y, X ou Z que aconteceu o veto. Não foi um único veto, foram diversos vetos no que diz respeito à questão orçamentária. Ela falou aqui que estava instruindo um processo para

comprar não sei o quê. Se ela está instruindo um processo para comprar não sei o quê, não precisa comprar por ata, tem que fazer licitação, então, obviamente que eu vou opinar pelo veto. Agora, se existe um termo de referência, um estudo prévio de um documento para comprar um determinado tipo de material com orçamento para ser executado naquele ano, eu não vou me opor.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** É que ela falou que não foi uma opinião; o senhor deu uma ordem e ela seguiu a ordem, e, a partir da sua ordem, a outra empresa adquiriu. Nós estamos justamente querendo entender o peso dessas empresas dentro da administração, concretamente o *lobby* dessas empresas e as comissões indevidas que empresários recebem por fazer esse *lobby*. E nós queremos saber o seu papel nisso. Aliás, e já faço a terceira pergunta para o senhor já fechar, quantas reuniões o senhor fez com o Ver. Melo, o filho do prefeito, e o empresário Jailson para tratar de compras na Secretaria de Educação?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom, vereador, eu não tinha nenhum contato com nenhuma empresa, nenhuma dessas empresas que foram fornecedoras da SMED. Nenhum contato. O contato que eu tive, que eu respondi para a Ver.<sup>a</sup> Mari, com o Sr. Jailson, foi no depósito da La Plata, nessas circunstâncias que eu expliquei, e, depois, em um evento no Paço Municipal referente aos Lobóticos. Foi meu único contato que eu tive com o Sr. Jailson, com o fornecedor.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** O senhor não fez reuniões com o Sr. Jailson e com o Ver. Pablo Melo, para tratar de compras da secretaria?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, não, nunca. Nunca. Eu nunca atendia fornecedores. Atendia fornecedores na seguinte configuração: dentro do

andar do setor financeiro, onde havia lá mais de 10 pessoas, em uma sala aberta, onde um determinado fornecedor queria ser atendido, ia lá e deixava um prospecto. Sempre atendi algum fornecedor com mais de uma pessoa junto comigo. Depois, eu acho que lá em dezembro de 2022, eu, junto com coordenador administrativo e com o coordenador da área jurídica, atendemos um escritório de advocacia que gostaria de receber pela venda de telas interativas enquanto ainda existia a medida cautelar do Tribunal de Contas do Estado. E a orientação... A orientação, não, a resposta que nós demos para esse escritório era de que não haveria pagamento enquanto houvesse cautelar. Isso que nem mesmo eu pagaria isso por conta das instruções normativas da despesa pública, que fazem com que a aquisição de materiais, o empenho e a liquidação não ocorram por dentro da secretaria. Então, eu não tinha contato com fornecedores. Meu trabalho era muito interno, especialmente vinculado à área orçamentária, que é a minha expertise. Então, eu não tinha contato com fornecedores, eu não conheço fornecedores. Outras vezes: “Ah, o fornecedor Y quer ir em tal setor”. Dava o encaminhamento do fornecedor Y ir para algum setor. Agora, sentar com o fornecedor, ouvir, receber o orçamento, isso nunca aconteceu. Não comigo, não comigo.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** *Ok.*

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Só nomear o nome da empresa de advocacia ou o nome do advogado que tiveste contato, que defendeu...

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu posso verificar depois e passar para vocês.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Claro.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Mas eu lembro que o nome do advogado é Cláudio; é um escritório de direito, como qualquer outro, de defesa da empresa.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Claro. Depois, a gente como comissão, relator, eu já coloco aqui para a assessoria solicitar o nome do advogado e do escritório que teve agenda com o secretário para desenrolar os pagamentos.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Bom, primeiro eu quero dizer que ataque sempre é uma arma daqueles que estão desesperados, fracos. E continuo dizendo: não se justifica uma possível ilegalidade com outra ilegalidade. Nessa CPI nós temos que ser muito legalistas, e por isso a minha fala o tempo todo de que provas, que para mim não são provas, como *print* de WhatsApp, áudios, não são provas que devem ser apensadas à CPI, a não ser que nós as tenhamos, com certeza, com ata atuarial, até por que o STJ não entende nada de WhatsApp como prova, por conta de ser o WhatsApp e ter um problema cautelar ali de onde essa prova andou e por quais mãos. Eu quero fazer três perguntas aqui. A primeira: na administração pública é normal empresários apresentarem seus produtos aos secretários? A primeira pergunta, e aí é muito geral. Segunda pergunta: o senhor participou da reunião, da compra dessas cartilhas, é uma peça musical em um livro que foi distribuído para 3.000 crianças, inclusive esse livro aqui tem uma dedicatória do autor: “Querida Sônia, obrigada por acreditar e por contribuir com a realização desse sonho de criança.” Na verdade, é um sonho do empresário – do empresário –, e ele assina aqui. Se o senhor participou dessa reunião com o empresário Maurício Rech, junto com a Ver.<sup>a</sup> Mari, para apresentar esse produto e fazer a compra depois por INEX. E a

pág. 71

---

terceira pergunta é sobre: o senhor acompanhou a situação das supostas obras-fantasma em escolas municipais, com despesas liberadas de forma extraordinária? Em que período elas ocorreram e quais medidas foram adotadas pela atual gestão? São essas as três perguntas.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Bom dia, vereadora; sim, é normal os secretários receberem fornecedores. Não, não existe nenhuma ilegalidade em receber fornecedores, até porque os fornecedores são eles que – essa é a minha visão –, que eles apresentem soluções. Ilegal seria fazer a contratação de forma inadequada desses materiais ou de qualquer outro tipo de objeto – essa é minha visão. Reunião para compra do material do Maurício. Não, eu não participei da reunião. A minha participação, em relação a esse projeto foi uma demanda vinda do gabinete, que era para garantir o transporte das crianças para o Araújo Vianna, acredito. Então essa foi a minha única participação, assim, para levar as crianças das escolas. Em relação às obras-fantasma com despesas extraordinárias, que foi a crise ali das verbas extras, eu fui para a secretaria justamente para tentar resolver esses problemas. Então nós tivemos alguma denúncia interna da secretaria para a Controladoria-Geral do Município, que fez uma auditoria. E, a partir dessa auditoria, eles pinçaram e deram orientações que nós implementamos ali, em três ou quatro meses após as denúncias, dentre elas a Instrução Normativa nº 03, de 2021, além de outras ações. Então, dentre essas ações durante o meu período lá, nós organizamos o planejamento das escolas – que até depois a gente teve que melhorar, ajustar isso, dar alguns passos atrás, fazer um planejamento anual das escolas para reduzir o uso da verba extra. Nós garantimos um aumento de 20% de repasse – de 20 a 25%, dependendo do caso –, do repasse de recursos para as escolas colocarem todos os seus projetos de manutenção e de outras atividades dentro do orçamento, justamente para reduzir o uso de verba extra. O município de Porto Alegre ainda vai precisar do uso desse instrumento; além dos repasses trimestrais, é

---

necessário ainda que ele utilize esses instrumentos, e, obviamente, a gente precisa melhorar os aspectos internos da secretaria, com mais servidores, mais treinamento, para que esse desembolso possa ocorrer de forma mais efetiva. Mas, no âmbito da secretaria, quando foi identificado, nós identificamos alguns vícios, a gente não tem como dizer que houve uma ilegalidade e tal, com base nas informações que nós temos. Obviamente, a Controladoria deu andamento nesses aspectos e aí nós temos os desdobramentos que nós conhecemos hoje.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Secretário, aproveitando sobre as verbas extras, nós temos o senhor – e o senhor que denunciou o escândalo das verbas extras, que é o item 2 da presente CPI, reforçando para os vereadores – exonerado, não mais em cargos na Prefeitura nem em cargos de chefia, e nós temos os quatro envolvidos no escândalo das verbas extras na Prefeitura e alguns com poder de assinar, de gerar gastos e ordenar despesas na Prefeitura. Qual é a sua opinião sobre a real vontade de ter uma sindicância séria e de esclarecer os fatos, uma vez que o senhor hoje não faz mais parte da Prefeitura de Porto Alegre, mas atuou para combater isso e as pessoas que fizeram parte do escândalo estão até hoje na atual gestão?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, vereadora, eu não fiz a denúncia, eu fui lá para ajustar os elementos que foram identificados após a denúncia para a CGM, a CGM deu orientações e a gente colocou lá. Inclusive esses servidores são muito elogiados dentro da Secretaria de Educação. Em relação a eles continuarem atuando, eu não costumo fazer nenhum tipo de pré-julgamento. Então eu acho que, obviamente, como eu falei aqui, eles atuaram na administração pública e, de tempo em tempo, quem atua tem que dar algum tipo de esclarecimento. Eu acho que já está junto aos órgãos competentes para fazer a verificação se houve alguma coisa séria em relação a isso. O Ministério Público, a Polícia Civil, eu acho que esses órgãos vão levantar os dados

necessários e aí, então, se terá o julgamento deles. Então, depois de transitado em julgado, eu posso dizer que essas pessoas realmente cometeram algum tipo de ato ilícito. O que tem hoje é a necessidade de essas pessoas prestarem algum tipo de esclarecimento, do contrário, se o gestor disponibiliza um determinado poder para uma pessoa que pode estar sob suspeição, essa pessoa que disponibilizou o poder ela é responsável pela escolha que ela determinou. Eu não consigo fazer um julgamento prévio das pessoas que foram muito elogiadas durante o meu período que eu estava trabalhando na Secretaria de Educação.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** São servidores do quadro?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** São servidores do quadro.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não são todos, tem alguns que são cargos em comissão, até os cargos que nós temos...

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Sim, o secretário adjunto à época era em comissão, mas hoje ele é do quadro do Município.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Exatamente. Atualmente todos ganhando FG para assumir cargos de liderança e são ordenadores de despesa.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Eles são servidores do quadro ou são CC?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Não. Um era CC e depois entrou no quadro.

**VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL):** Hoje ele é servidor do quadro.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Exatamente, ganhando cargo em comissão para estar assinando pela Prefeitura.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Concursado, né? Obrigado. Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth. Depois o Ver. Jonas Reis; depois o Ver. José Freitas.

(Manifestação fora do microfone.)

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Bem rapidinho.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu suspendo dois minutos para que  
O...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Pode ser... Está! Vai responder a ti e,  
depois...

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Eu queria dar prosseguimento ao questionamento que foi feito pela Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, só para a gente deixar o assunto esgaçado. Havia algum planejamento para a manutenção das escolas, tendo em vista que os equipamentos tecnológicos precisavam de rede elétrica adequada? Isso é uma questão que a gente já vem tratando há algum tempo, essa é a primeira pergunta. A segunda, baseado no que o senhor falou, admitindo a falta de servidores, a gente sabe que isso é uma constante não só nessa Secretaria de Educação, que é gigantesca, que faltam servidores e que

---

existiram problemas de logística na distribuição dos livros – a própria Prefeitura admite –, no teu entendimento, a auditoria e as possíveis sindicâncias poderiam ter dado conta de sanar os problemas caso não houvesse vereadores de oposição interessados em transformar problemas reais e sanáveis em palanque político? E, por último, eu gostaria de lhe perguntar por que houve o cancelamento do processo licitatório das telas interativas? E, com isso, eu busco colaborar no relatório da CPI, se o senhor puder esclarecer essas questões para nós. Obrigada.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** A primeira, em relação à rede elétrica e o planejamento. Bom, esse projeto aqui era liderado, quando eu cheguei na secretaria, pelo Jander Rama, que era o coordenador adjunto da área de tecnologia da Secretaria de Educação. Ele era o responsável pelo plano de trabalho da compra dos Chromebooks e tinha um alinhamento com a unidade de obras, que era responsável pela adequação elétrica das escolas. Ao longo de 2022, a previsão era de que todas as escolas estivessem preparadas para receber... Estariam prontas, toda rede elétrica estaria pronta para receber esses equipamentos já em setembro, porém, durante o ano de 2022, se mudou a lógica pela necessidade e verificação que na rede elétrica das escolas não eram simples mudanças. Então se optou por contratar arquitetos e engenheiros para colaborar num projeto de reestruturação de todas as escolas que foi feito. Então, na verdade, esses aspectos da rede elétrica não foram concluídos justamente porque os problemas verificados inicialmente foram observados como muito maiores ao longo do tempo, mas existia um planejamento que parecia ser adequado, porque esperávamos receber os Chromebooks, o cronograma de entrega era até novembro de 2022, então se esperava que a rede elétrica estaria pronta em todas as escolas e fossem disponibilizados, ao longo do tempo, esses materiais. Se auditoria e sindicâncias poderiam sanar o problema? Eu não sei se poderiam sanar o problema, mas eu acho que era a primeira coisa que deveria

---

acontecer antes de nós chegarmos ao ponto que estamos. Eu acho que a auditoria e sindicâncias possibilitariam a identificação do que foi verificado na auditoria da CGM, que foi publicada na sexta-feira, ela poderia então indicar a necessidade de verificar algum tipo de ilegalidade. Mas eu acho que, como é que eu vou dizer, acredito que todos esses aspectos, acredito que os aspectos de investigação ou qualquer tipo de verificação têm que cumprir etapas. Eu acho que nós pulamos essa etapa, mas, ao mesmo tempo, acredito que nós deveríamos ter feito essa auditoria mais rápida e antes. Essa é minha opinião pessoal, mas eu sei da dificuldade que a CGM tem em pessoal e da quantidade enorme de trabalho que eles possuem e conseguem ainda fazer um excelente trabalho. Em relação ao cancelamento das licitações das telas, se não me engano, o cronograma da execução das telas, acho que eram 1.200 telas que seriam compradas, a execução do cronograma das telas ultrapassava o orçamento de 2022, e nós não teríamos orçamento em 2023 para fazer aquisições, porque a natureza da despesa da Secretaria de Educação é uma natureza de despesa continuada. Então essa despesa continuada faria com que nós tivéssemos um processo de maior desembolso para contratos que envolvessem prestação de serviço, como merendeiras e etc. e tal. Então, na época, eu disse para a secretária: “Olha, nós podemos até realizar, garantir o processo licitatório, só que lá em 2023 nós podemos ter problema de orçamento no que diz respeito à compra dessas telas”. Então a secretária acabou cancelando essa licitação.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Secretário, até aproveitando, com relação às telas, quem foi o responsável pela definição da necessidade de comprar telas interativas e pela inclusão de especificações técnicas adicionais, como certificação da Anatel e o GPS?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** (Manifestação fora do microfone.) Pode repetir isso, vereadora?

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Com relação, então, quem foi o responsável por definir que precisava ter selo Anatel e GPS em cada uma das telas interativas adquiridas pelo município de Porto Alegre?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Essa definição teve muito debate, foi numa reunião semanal da Secretaria de Educação, teve muito debate entre a nossa área técnica, a Procempa, a nossa área técnica, a Procempa e a Secretaria... Ah, e o comitê ali de... Agora me esqueci o nome, mas é o comitê ali que discute infraestrutura no Município, infraestrutura tecnológica. Então teve um debate muito acalorado em relação a isso, diversos pontos de vista, o processo foi e voltou, foi e voltou, mas ficou dentro do ambiente técnico assim. Foram levantados problemas, e aí se discutiam, técnicos eram favoráveis, técnicos eram contrários, etc. e tal, muita discussão assim em vários âmbitos.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** A diretoria de contratos e licitações concordou em aderir à ata de registro de preços de outro município?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** A DLC, logo no início de 2022, lá por fevereiro, a ideia, já existia uma ideia de contratação de compra de telas interativas por meio de licitação. Em fevereiro, se apresentou, a secretária apresentou a possibilidade de compra dessas telas interativas, acho que eram... Agora, deixa... Eu tenho um número aqui, mas, eram 1.300, eu acho, que seria para uma, seria uma tela para cada sala. Ela apresentou a possibilidade de compra de atas, e, naquele momento, a DLC achou que existia prazo para que se fosse licitado, e aí então se colocou contrária a essa aquisição por meio de atas, e aí então foi por esse motivo que se abriu o processo licitatório.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E daí nós tivemos então, só para confirmar, uma reunião no dia 11 de agosto, na qual o prefeito em exercício era o vice-prefeito Ricardo Gomes, na qual a secretária Sônia pede ajuda para desenrolar o processo de compra de telas?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Teve uma reunião, não vou lembrar exatamente a data, mas nós tivemos uma reunião em que o vice-prefeito presidiu, porque nós tínhamos uma reunião semanal com o prefeito. Em algumas situações, o prefeito viajava, e aí então o vice-prefeito chefiava a reunião. A ideia era da necessidade da compra das telas, porque tinha um projeto de alfabetização e tal, e aí então surgiu a possibilidade de fazer aquisição por meio de atas. E aí então o prefeito solicitou que os órgãos da Prefeitura pudessem colaborar com a Secretaria de Educação, para que fossem realizadas essas compras.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E o vice-prefeito, o prefeito em exercício elegeu alguém para ser quem ia ajudar a secretária Sônia para desenrolar, junto aos órgãos da Prefeitura, essa compra por adesão à ata dos itens, que são as telas interativas?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Sim, na reunião, sempre quando nós tínhamos uma definição do prefeito, o prefeito elencava alguém para acompanhar alguma coisa, nesse caso foi a aquisição, mas algumas outras situações: “Ah, tem que resolver um problema de ponto da internet”, aí nomeava alguém da Procempa para acompanhar, e assim por diante. Naquele momento, quem ficou de responsável para acompanhar isso e cobrar o *status* e tal foi o secretário Alexandre Borck, que era o secretário de Assuntos Estratégicos, ainda é, acredito. Então, ele ficou acompanhando isso para verificar se todos os órgãos

conseguiriam colaborar naquele sentido, por uma questão estratégica do governo.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E por último, você acredita que as especificações – que foram exigência de GPS, selo Anatel – poderiam restringir a competitividade dessa concorrência da adesão a atas e até depois?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu não vou saber responder isso. O que eu posso dizer é o seguinte: teve uma situação em que eu perguntei para a coordenadora da tecnologia da informação da SMED se a gente não poderia se incomodar com órgãos de controle, se não tivesse o selo da Anatel, porque isso foi levantado, teve muita discussão: “Ah, isso pode limitar, isso não pode limitar, etc. e tal”. Eu acredito que isso esteja documentado em processo SEI inclusive. E aí, então, a minha maior preocupação era: “Bah, se não tiver o selo da Anatel, o que pode acontecer?”, e assim por diante. Mas foi a única preocupação, porque eu perguntei a ela, porque eu, definitivamente, não faço ideia se alguma coisa poderia limitar ou não, justamente porque eu desconheço tecnologia.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado. Ver. José Freitas.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereador, gostaria de um intervalo.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Sim, dois minutos para o nosso depoente. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 12h39min.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** (12h43min) Reiniciamos. Ver. José Freitas.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Dr. Mário Lima, parabéns pela sua postura, coerência e firmeza nas respostas. Foi reconhecido pelo próprio prefeito que houve falhas no armazenamento, e, diante disso, ele tomou as providências necessárias na época, junto com a secretária. Na sua opinião, na leitura que o senhor faz assim de tudo isso, no geral, houve, em algum momento, algum tipo de irregularidade em algum processo licitatório?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Como eu disse, vereador, quando eu fiquei sabendo pela notícia ali, a quantidade de material comprado, e, ao mesmo tempo, as possibilidades de algum tipo de ilegalidade ou irregularidade nas compras, eu fui analisar cada processo e verifiquei que os processos não estavam instruídos da forma como deveriam estar. Mas, ao mesmo tempo, isso demonstra um determinado... Que foi depois observado na auditoria como uma irregularidade, ela é irregular no sentido de que a forma como foi feita não foi adequada, mas, ao mesmo tempo, não dá elementos para dizer que tem corrupção, mas, ao mesmo tempo, dá elementos para que isso possa ser investigado. Então, o que eu posso dizer para o senhor é que, no âmbito que eu estava, e com as informações que eu possuía, eu só posso compreender, o máximo que eu posso compreender e que eu identifiquei ali e solicitei uma auditoria para verificar as compras, e a distribuição, e o comportamento dos fiscais, o contrato em relação a isso, foi justamente porque poderia haver alguma irregularidade. Mas eu não tinha, com os aspectos que eu possuía ali, eu não tinha como fazer essa inferência. Mas, como foi visto na auditoria da CGM, cabe agora uma investigação mais minuciosa para verificar se houve ou não essa irregularidade. Mas, dentro do aspecto que eu poderia agir, eu agi.

---

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, secretário. Ver. Jonas Reis.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Bom dia, Sr. Mário, obrigado pela presença. E ouvindo tudo aqui que ouvi esta manhã, eu lembro de uma frase da minha falecida avó, que ela dizia: “Meu filho, tu vais ver coisa, vais ver coisa nesse mundo, que tu não vais poder ‘desver’.” E aí eu lhe pergunto: tinha a secretária Janaina, saiu e o senhor ficou. Desde 2021, o senhor falou aqui que foi nomeada a secretaria. Se sai a secretária e o senhor fica, vem outra secretária, o senhor ali está. O senhor se sentiu um homem da confiança do prefeito Melo? Porque a secretaria mudava, mas o senhor lá permanecia. Um outro questionamento, o senhor falou inicialmente que chegou a trabalhar na Fazenda, o senhor se entende como um cidadão, um profissional entendido sobre questões financeiras, sobre finanças públicas? E, dentro disso, o senhor falou sobre Alexandre Borck, então lhe pergunto quantas vezes o senhor chegou reunir com esse secretário, que é até apelidado de Xandão, não sei porque, mas só estou colocando aqui porque as pessoas já criaram essa identidade nesta CPI, mas o nome dele é Alexandre Borck, do MDB. E, ainda faço a seguinte reflexão: na década de 90, no início, o Renan Calheiros, do MDB, estava junto com Collor; era Collor para cá, Collor para lá, Collor meu amigo. Collor foi para a China, e estourou o processo de *impeachment* no Brasil, e o Collor foi descartado pelo Renan Calheiros, do MDB, há 30 anos. O MDB descartava as pessoas quando a coisa se conflagrava. E aí eu questiono: como pode um secretário adjunto permanecer enquanto duas secretárias estão lá, elas saem, você permanece. E aí, antes da saída da Sônia, o prefeito expede uma ordem dizendo que estavam não mais permitidas compras diretas por esse processo que faziam periodicamente na SMED - “carona”, que se chama popularmente em compras de outras prefeituras, outros órgãos. E supostamente, tudo saiu nos jornais, debate público que não cabe aqui retomar, mas que seria, digamos, a saída da secretária Sônia. Aí eu questiono: nesse momento, o senhor também acaba

pág. 82

---

saindo do governo, que antes não saía. Aí, por último, empresa SLP, se essa empresa era investigada pela Polícia Federal e acaba tendo contrato com a Prefeitura; e as direções, isso é público, as direções reclamavam muito, teve escolas que essa empresa foi e nem ferramentas tinham. Por que essa empresa estava lá para receber os R\$ 4 milhões por um serviço que ela não conseguia fazer e que constantemente era constatado, inclusive eu fiz vários pedidos de providência e é de informação sobre isso? Por que essa empresa permanecia? E uma empresa investigada pela Polícia Federal, como o senhor justifica ela ter um contrato com a Prefeitura, mesmo diante disso, quando outras empresas, em outras secretarias investigadas, não tinham? Esses são os questionamentos. Evidentemente se o senhor quiser responder, poderá, nós ficaremos gratos, mas também, se quiser permanecer em silêncio e não responder, é seu direito. Obrigado.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Em relação à troca de secretários, o senhor pergunta se eu me considerava uma pessoa de confiança do prefeito Melo. Bom, em relação à minha atividade profissional, eu nunca construo... Eu procuro não construir as relações profissionais com base na amizade. A confiança tem que ser técnica. Eu nunca exerci um cargo porque eu era amigo de alguém. Eu sempre exerci um cargo porque eu tenho qualificação para isso. Então, se eu sou professor, se eu sou consultor, se eu trabalho na administração pública, não foi pelos meus olhos azuis, vereador. Eu acho que foi, justamente, porque eu tenho capacidade para isso. Obviamente há pessoas que sabem mais do que eu e há pessoas que sabem menos do que eu. Eu tenho um determinado nível de capacidade que dá conta de determinadas ações; então, acho que é que é por aí. Se eu fiquei ali durante a Secretaria de Educação, pode ser por dois motivos, primeiro, porque o cargo é do prefeito, o prefeito coloca quem ele quiser. Se ele achou que eu tinha condições de me manter ali, ainda que com outra secretária, provavelmente ele deve ter perguntado para o secretário: “Ó,

tem esse cara aqui, com esse currículo, fez tal trabalho, define se tu queres ele como adjunto durante o período aí.” Acredito e espero que tenha sido pela minha capacidade técnica. Então, por mais que eu tenha trabalhado diversas vezes na administração pública, a minha relação profissional é estritamente profissional. Eu não tenho intimidade, eu não vou na casa dos meus chefes, por exemplo. Eu tenho uma relação estritamente profissional em relação a isso. Em relação a finanças públicas, a minha formação é em finanças públicas, mas, como eu disse para o senhor, certamente alguém sabe finanças públicas mais do que eu, assim como tem pessoas que sabem menos finanças públicas do que eu. Eu tive uma experiência, além de ter uma formação teórica e técnica, eu tive experiência em secretarias de planejamento, em secretarias fazendárias, dentro das finanças públicas, mais no ramo orçamentário do que propriamente no ramo financeiro. Então, eu posso dizer que eu tenho um determinado tipo de entendimento, mas não me sentiria entendido no sentido arrogante, de “ah, eu sei mais do que os outros”. Não. Eu tenho uma formação e tenho experiência. Agora, eu não posso dizer que eu sou o suprassumo do conhecimento em finanças públicas, mas eu tenho formação e tenho experiência. Em relação ao secretário Alexandre, o secretário Alexandre tem uma pasta transversal estratégica e participei de muitas reuniões relacionadas a relações estratégicas da Prefeitura, mas em nenhum momento tive outro tipo de reunião em que eu participei com o secretário Alexandre que ele perguntasse alguma coisa ou pedisse alguma coisa que eu considerasse, digamos assim, ilegítima ou não legal. Até porque eu nem tenho intimidade com o secretário para que ele pudesse vir com algum desse tipo de argumento e tal, aliás, não tenho intimidade com nenhum secretário a ponto de me pedirem alguma coisa que não seja de trabalho e não seja dentro das conformidades. Em relação à minha saída junto com a secretária Sônia, a secretária Sônia pede exoneração, acredito que num domingo, pelo menos isso foi noticiado num domingo, e na segunda-feira, às 11h, após uma visita do prefeito na Rádio Gaúcha, eu sou informado de que não continuaria na

secretaria, através de uma notificação na Zero Hora. E depois, então, eu faço uma transição ali da minha saída de dentro da secretaria, explicando, conversando com os servidores, me despedindo e tal. E vou seguir a minha vida. Em relação à empresa SLP, é uma empresa que trouxe muitos problemas para a educação de Porto Alegre, com certeza. Nós tivemos ali muitos embates do nosso fiscal de contrato com essa empresa, justamente porque ela não atendia às necessidades pelas quais ela foi contratada. Então muitos diretores realmente reclamaram. Nós, ao mesmo tempo, admitimos o problema em diversas reuniões de diretores com essa empresa, porque nós tínhamos uma grande expectativa em relação a ela, e eles nos venderam essa expectativa. A contratação dessa empresa ocorreu por meio de licitação, então a DLC fez, deu encaminhamento à licitação, e foi a única empresa que se apresentou na licitação. Depois eu fiquei sabendo, por meio da Zero Hora, que essa empresa tinha alguns problemas legais, que o dono poderia não ser o verdadeiro dono, que o verdadeiro dono tinha sido preso, etc. e tal, mas isso, no que diz respeito à contratação, não passava pela Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação, a partir da demanda, ela faz o Termo de Referência, encaminha o processo licitatório, e a licitação acontece na DLC, mediante as observações da PGM. Então, se houve algum problema que deveria ocorrer um determinado impedimento dessa contratação, não era no âmbito da Secretaria de Educação. Obviamente que essa empresa foi muito ruim, nós encaminhamos muitas notificações, é uma empresa negativamente famosa dentro da Secretaria de Educação, e que tentamos fazer o máximo possível para que ela pudesse render, mas infelizmente ela não rendeu o esperado.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Secretário Mário, em relação à SLP, o que nós trouxemos e temos anexado também é que a Procuradoria do Estado do Rio Grande do Sul, ao ter também a SLP como sendo uma concorrente para firmar contratos, ela colocou um parecer negativo. Então mostra que a

Procuradoria do Estado conseguiu fazer um trabalho de proteger a sua população e a sua educação. De alguma maneira, tu acreditas que a Procuradoria do Município de Porto Alegre foi omissa ou deixou passar essa situação que foi apontada anteriormente, até pela Procuradoria do Estado?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Eu não me sinto muito confortável em dar opinião, assim, mas eu acho que nós temos os técnicos no Município de Porto Alegre que podem fazer essa verificação; talvez, perguntando para eles, eles podem responder, devem ter as justificativas, mas eu não tenho como fazer esse julgamento.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Claro, até lhe perguntando aqui, na reunião da CECE, no dia 06 de junho de 2023, a ex-secretária Sônia afirmou que a proprietária da empresa Conceitto, fornecedora dos *kits* de robótica, seria a Sra. Marjorie Klich Nunes; no entanto, não há registro desse nome na junta comercial. Em algum momento o senhor questionou essa alegação da secretária?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Sim, porque o que acabou acontecendo? Quando surgiu toda aquela situação, aí teve a CECE aqui, foi pontuado muito que a proprietária da empresa não era a proprietária da empresa, ela seria uma cartomante, etc. e tal. Isso me preocupou muito, e aí... Mas eu não vejo problema de a pessoa ser cartomante, fazer o que ela quiser da vida dela, e ser proprietário da empresa. Aí então eu perguntei para a secretária se ela sabia disso. Aí ela não sabia que a pessoa era cartomante, e, ao mesmo tempo ela verificou que a Marjorie não era sócia, ela não era sócia da empresa. Realmente, porque a gente verificou isso no CNPJ, cartão CNPJ, de todas as formas para verificar, com outros tipos de documentos, porque era uma preocupação que eu tinha, que

talvez a secretaria tivesse comprado um determinado produto pensando que determinada pessoa pudesse ser ou não a proprietária da empresa.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E a minha pergunta, essa questão chegou ao conhecimento do prefeito ou do vice-prefeito? Permeou o teu debate e o da secretária Sônia?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Acredito que sim. Foi uma preocupação que nós, digamos assim, trouxemos. Na verdade, uma preocupação de todas as pessoas do governo, acredito eu, porque foi algo que nós não tínhamos... A secretária traz uma informação aqui na CECE e depois a gente verifica que essa informação não está muito clara e tal. Isso também levou muita preocupação ao centro do governo, com certeza.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Então, foram informados o prefeito e vice-prefeito dessa situação?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** A secretária informou.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** A secretaria informou. E vocês tinham conhecimento que a Sra. Marjorie Nunes tinha contatos anteriores ao contrato com a secretária Sônia da Rosa?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, isso eu não...

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Ela não informou.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Não, não informou. A única preocupação que eu tive, em relação a esse contrato, foi justamente perguntar à secretária:

secretária, a senhora tem certeza que essa pessoa é a sócia da empresa? Só isso.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** E ela afirmou que era?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Ela afirmou que era.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Última pergunta da vice-presidente, a secretária... Primeiro foi a presidente, o último, e agora a senhora. Às 13 horas nós teremos que encerrar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Só na próxima, vereadora.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Tudo bem, Mário? Bom te ter aqui. As tuas explicações são importantes para esta CPI. Eu vou te fazer só uma pergunta, e é a pergunta que normalmente faço a todos que vêm depor. Na tua opinião, como economista, qual é a relação entre o investimento em tecnologia educacional que foi feito e a melhoria nos índices educacionais? Porque me preocupa muito tudo isso que está se vivendo, se fala em corrupção, se fala em falha, se fala em tudo, mas eu quero saber, com relação à educação: tu acreditas que a educação, com todas essas compras, com todas essas aquisições que foram feitas, vai ter, a partir de agora, melhorias, e isso vai refletir na educação, principalmente das nossas crianças das escolas municipais da periferia? Tu achas que a gente vai evoluir enquanto educação?

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Vereadora, eu acho que 2022 foi um ano atípico para a educação, porque nós tivemos condições de fazer, de realizar investimentos. Eu, como economista, enxergo a educação como um braço da economia. Em economia, nós chamamos de economia da educação –, porque só educação garante melhoria da produtividade; e a produtividade garante aumento da renda das pessoas; e o aumento da renda das pessoas faz com que elas tenham uma vida melhor. Então, essa é minha visão da educação. E, ao mesmo tempo, quando a gente realiza investimentos vultosos com base na análise de uma equipe técnica que a Prefeitura tem, que é muito boa, de professores qualificados... Nós tínhamos uma secretária que era doutora em educação, nós tínhamos uma secretária adjunta que era mestre em educação, com expertise não só na área de educação, mas na área de gestão pública também. Se a visão de desenvolvimento educacional, pedagógico, for colocada de forma adequada com esses instrumentos, eu acho que a Prefeitura, digamos assim, foi em direção ao caminho certo. É claro que temos muitos desafios, nós temos que trabalhar com os professores, porque é difícil a gente construir educação se não for de forma comunitária. Essa é minha opinião pessoal, sem conhecimento técnico, mas de política pública, que a gente tem que sempre absorver o máximo de pessoas ao entorno. Então, se nós tivermos um trabalho bem consolidado com os instrumentos que foram colocados à disposição da população de Porto Alegre, para as crianças, juntamente com essas novas ações no que diz respeito a uma PPP da infraestrutura, eu acredito que nós temos grandes chances de possibilitar que os mais pobres de Porto Alegre tenham condições de ter uma educação boa. Talvez... A gente dificilmente vai conseguir ter esse resultado em 5 anos, 10 anos, 15 anos, mas, pelo menos, o *start* para que nós tenhamos uma educação mais qualificada para 30 anos eu acho que é possível. Acho que é possível, acho que foi positivo isso.

---

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Camarada Biga, abrimos uma exceção para que a senhora faça...

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Camarada... Obrigada. Só para aproveitar, na segunda rodada, porque na próxima ele não vai estar aqui, não é, Presidente Cecchim? O que que significa no SEI o selo emergencial? Quer dizer, o senhor entende que as compras objeto desta CPI se enquadram no requisito desse *status*, certo? Se são relevantes a ponto de receberem esse selo emergencial, por que esse material ficou estocado por tanto tempo? Por que uma compra tão grande, se não tinha logística nos depósitos? O senhor é quem autorizou a compra de caminhão e de novos locais para terem esse material? Por que esse material não foi distribuído nas escolas se ele tinha esse selo emergencial? Então, Presidente Cecchim, a minha pergunta é toda em torno do selo emergencial de uma compra tão grande, sem ter o planejamento, sem ter onde estocar.

**SR. MÁRIO JAIME GOMES DE LIMA:** Os selos são colocados no SEI para determinar o *status* em que eles têm que ter movimentação. Então, por exemplo, eu, quando estava na Secretaria, eu sempre olhava, eu sempre despachava a partir dos selos. Então o que tinha selo emergencial não eram só as aquisições, tinham diversas ações, principalmente aquelas de estratégia do governo, que estavam lincadas ao Prometa, *et cetera* e tal, à execução orçamentária, então esses possuíam um selo emergencial. Então eu começava pelo emergencial, depois passava por outras prioridades e assim por diante. O selo emergencial é um elemento, justamente dado pela complexidade para que se lhe executasse. Agora, a sua pergunta, por que isso não foi distribuído, essa também foi minha pergunta lá em junho de 2023. Eu precisava saber por que isso não tinha sido distribuído. Por esse mesmo motivo, eu solicitei abertura de uma IPS, uma Investigação Preliminar Sumária, tanto dos servidores do depósito, não para

---

fazer algum tipo de cassação, não, para entender, mesmo, o que estava acontecendo e, ao mesmo tempo, depois, uma solicitação de verificação no que diz respeito, um IPS também voltado para verificar por que as compras estavam nessa suspeição.

---

Mário Jaime Gomes de Lima

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, secretário Mário. Enquanto uns cavam masmorras ao vício, V. Exa. constrói templo às virtudes. Eu quero agradecer-lhe por estar aqui, ter toda essa paciência até às 13 horas. Muito obrigado, obrigado ao seu advogado também. Estamos convocando para a próxima segunda-feira, por sugestão de vários vereadores, às 9 horas, para, de imediato, votarmos o Requerimento da Ver.<sup>a</sup> Nádia e outros requerimentos que temos para votar aqui. Muito obrigado. Dou por encerrada esta sessão.

(Encerra-se a reunião às 13h06min.)